

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC – SP

Marta Helena Rosa da Silva

Contra o preconceito: trajetórias de mulheres negras empregadas
domésticas em Uberlândia, MG — 1980–2008

M E S T R A D O E M H I S T Ó R I A

SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Setor de Pós-graduação

Marta Helena Rosa da Silva

Contra o preconceito: trajetórias de mulheres negras empregadas
domésticas em Uberlândia, MG — 1980–2008

M E S T R A D O E M H I S T Ó R I A

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Professora Doutora Heloisa de Faria Cruz.

SÃO PAULO
2010

Banca Examinadora

.....
Heloisa de Faria Cruz
Doutora em História Social — PUC/São Paulo

.....
Maria do Rosário da Cunha Peixoto
Doutora em História Social — PUC/São Paulo

.....
Mirna Busse Pereira
Doutora em História Social — Fundação Santo André

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu fiel escudo sempre presente nos momentos mais difíceis da realização deste trabalho. Obrigada, meu Deus!

À professora doutora Heloisa de Faria Cruz, orientadora atenciosa e sempre presente, pessoa com quem aprendi muito e que, com dedicação, incentivo, carinho, respeito, apoio acreditou neste trabalho, mesmo com minhas dificuldades.

À CAPES/MEC, pela bolsa de pesquisa, fundamental à conclusão deste trabalho.

À Coordenação do Programa de Estudos de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP) e aos professores, que deram sugestões importantes para minhas reflexões durante o curso.

A Betinha, sempre eficiente e paciente nas respostas às minhas mil perguntas. Secretária nota mil.

Aos colegas de mestrado, em especial Marcão, Vitorino, Cecília, Cristina (que me ajudou a procurar livros na biblioteca da PUC), Fabiana (que me hospedou em sua casa em São Paulo), Maurício (que me ensinou a usar o metrô nas idas e vindas para a PUC), Jacinto (companheiro que carregou minha mala da PUC até a estação de metrô da Barra Funda).

Às professoras doutoras Heloisa de Faria Cruz, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Mirna Busse Pereira, pela discussão, pelas contribuições e pelo profissionalismo na banca tanto do exame de qualificação quanto da defesa da dissertação.

Nilda, Marta, Maria Abadia, Rosemeire, Rosângela, Denise, Paula, Josélia e Alessandra, que gentilmente se dispuseram a colaborar com entrevistas para a realização da pesquisa.

Guimes, Vânia, Dulcineia e Carlos, representantes do NEAB, do MONUVA e da COAFRO que colaboraram concedendo entrevistas para conclusão deste trabalho.

À pró-reitora de recursos humanos da Universidade Federal de Uberlândia, pela concessão do afastamento parcial. Meu obrigado especial ao pró-reitor Guilherme Gregório.

Aos diretores da FAFCS (Faculdade de Arte, Filosofia e Ciências Sociais), professores doutores José Humberto Guido, Margarete Arroyo e Renata Bittencourt Meira.

Ao Conselho do Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal de Uberlândia, pela aprovação do afastamento parcial de 20 horas semanais e pela cobrança quando me ausentei.

Aos chefes do Departamento de Artes Visuais, pelo profissionalismo: Gustavo Alberto Echenique Tarditti, Beatriz Basile da Silva Rauscher, Elsieni Coelho da Silva, Thomaz William Mendoza Harrell e Valéria Ochoa Oliveira.

À professora doutora Heliana Ometto Nardin, pelo respeito ao meu trabalho e pelos comentários, que me incentivaram muito.

Ao professor doutor Marco Antônio Pasqualini de Andrade, por me ouvir com muito respeito e pelas dicas para o exame de qualificação.

À professora doutora Adriana Onema, pelas conversas produtivas, pelas dicas, sempre com disposição e atenção.

À professora doutora Aninha Duarte, pela torcida, pelo carinho e disposição a ajudar.

À professora doutora Cláudia Maria França da Silva Gozzer, por ter acreditado, pela leitura do meu projeto de pesquisa na fase inicial quando estava começando a ser desenhado. Você foi fundamental para que ele adquirisse um formato.

À professora mestre Maria José de Carvalho, pelo respeito, pela amizade, pelo carinho e pela troca de angústias na fase final da pesquisa.

Ao professor doutor Bento Itamar, pelas críticas construtivas, pelas correções do projeto e pelo incentivo.

Ao professor doutor Renato Palumbo Dória e Ana Paula, pela gentileza de ter me hospedado em São Paulo por uma semana no momento de crise financeira. Obrigada!

À minha irmã branca, amiga e madrinha Tetê, pelo carinho, pelo amor, pela amizade, por ter carregado o departamento na minha ausência, pela crítica e por ter duvidado quando eu disse que meu nome ficaria na história. Você é muito especial. Obrigada minha amiga!

Ao meu padim Tião, pela amizade, pelo apoio, pelas conversas animadas nos corredores, pela pesquisa paralela em silêncio que você fazia para ajudar meu trabalho. É muito bom ter pessoas como você por perto. Meu muito obrigado ao artista plástico Sebastião Barbosa (Tião).

Aos meus colegas de DEART/FAFCS/UFU Agnaldo, Daniel, Belchior, Maikon, Marco Aurélio, Elza e Dirce.

Aos profissionais do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, em especial Jô, pelas dicas e pelos bate-papos nos momentos de intervalo da pesquisa; Tânia, pela dedicação na procura dos jornais; Rômulo, pelo auxílio na pesquisa sobre a década de 1990 e pelas fotografias da década de 1980.

À minha sogra, Cecília Maria, pelo apoio ao meu esposo no período de minhas viagens a São Paulo. Obrigada querida!

Ao meu querido esposo, Antônio Salviano da Silva, pelo incentivo, pelo carinho, pela atenção, pelo amor, pelas duras críticas. Eu sei que você não aguenta mais me ouvir falar em mestrado. Fique tranquilo, agora somente falarei no doutorado. Obrigada por me aguentar com pesquisa e tudo.

Ao meu querido pai, Idiocreciano Rosa, pelo carinho, pelo amor, pela dedicação e por tolerar minhas ausências. Obrigada, meu pai, você é maravilhoso!

Aos meus irmãos, Elma e Silas Rosa, por cuidarem de meu pai na minha ausência, pelo carinho, pelo amor e pela dedicação.

Ao Edinan, pelo profissionalismo na correção, normalização e formatação do texto e na tradução do resumo.

Dedico:
a Deus, ao meu pai, Idiocreciano
Rosa, e à minha mãe, Lazaram Costa
da Silva Rosa (EM MEMÓRIA);
ao meu esposo, à minha família e à
família Dias; ao Antônio (EM
MEMÓRIA), a Leila, a Ivana, a
Cleide, a Claudia e a Rosana (onde
tudo começou).

RESUMO

SILVA, Marta Helena Rosa da. **Contra o preconceito**: trajetórias de mulheres negras empregadas domésticas em Uberlândia, MG — 1980–2008. 2010. Dissertação (Mestrado de História) — Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa analisa a trajetória de mulheres negras empregadas domésticas na história recente da cidade de Uberlândia (MG) e suas percepções sobre discriminação e preconceito. A trajetória das entrevistadas tem como campo de diálogo a construção e transformação das imagens públicas do negro na imprensa escrita local. A dissertação resultante da pesquisa se articula em três capítulos. O primeiro capítulo enfoca como o negro foi representado historicamente na imprensa de Uberlândia; a leitura de textos noticiosos e de opinião publicados no jornal *Correio de Uberlândia* permitiu perceber mudança nas representações, disputas em torno da discriminação e do preconceito, transformações, ambiguidades e tensões na veiculação da imagem pública de homens e mulheres negros de Uberlândia; também possibilitou refletir sobre o avanço das lutas nacionais e locais contra discriminação e sobre a atuação de movimentos sociais a partir dos anos de 1980. O segundo capítulo aborda a trajetória de vida e experiências de mulheres negras empregadas domésticas em Uberlândia nesse período de transformação das relações étnico-raciais; segundo o relato de várias entrevistadas, em meio a suas experiências em busca de melhores condições e perspectivas de vida, a escolarização assumiu importância central. Enfim, com base no relato dessas mulheres e de líderes dos movimentos, o terceiro capítulo analisa percepções e experiências sobre o preconceito e a discriminação na conjuntura atual da cidade.

Palavras-chave: imprensa escrita, representação, imagem pública, escolarização, preconceito

ABSTRACT

This research focuses on the life of black women who do domestic work professionally in the recent history of the city of Uberlândia. They told their life history in an interview whose field of dialogue is the building of, and the changes in, black people's public image in the local press. This dissertation has three chapters. The first chapter deals with the representation of black people in *Correio de Uberlandia* newspaper, whose stories and articles have made possible to notice changes in representations, debates on the racial discrimination and prejudice, transformations, ambiguities, and tensions in the conveying of Uberlândia's black men's and women's public image. They also allowed reflecting on the progress of national and local struggle against discrimination and on the social movements' actions from 1980 onwards. The second chapter focuses on the life history of black women who do domestic work professionally in Uberlândia in a period of changes in ethnic and racial relations; according to the account of some these women, schooling has played a central role in their experience of searching for better life conditions and perspectives. At last, based on their life accounts and on movement leaders' accounts, the third chapter analyzes perceptions and experiences related to the racial prejudice and discrimination in the current state of affairs in Uberlândia.

Keywords: press, representation, public image, schooling, prejudice

SUMÁRIO

Considerações iniciais	9
Capítulo 1	
REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA IMPRENSA ESCRITA DE UBERLÂNDIA(MG): TENSÕES DAS IMAGENS PÚBLICAS.....	21
1.1 Ambiguidades entre o discurso do jornal e a prática da notícia	22
1.2 Outras visibilidades sociais: vereadora Olga Helena e o movimento negro de Uberlândia	31
Capítulo 2	
HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES NEGRAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM UBERLÂNDIA (MG)	46
Capítulo 3	
ENTRE DISCRIMINAÇÃO E IDENTIDADES NEGRAS: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E ESPAÇOS INSTITUCIONALIZADOS	68
Considerações finais.....	85
Fontes, referências e bibliografia.....	87

Considerações iniciais

Esta pesquisa é estreitamente vinculada à minha trajetória de vida. Quando iniciei a escrita do projeto, no início de 2000, minha preocupação era refletir sobre experiências históricas de mulheres negras na cidade de Uberlândia. No entanto, naquele momento inicial de definição, era difícil definir com quais mulheres negras dialogar, com base em quais fontes desenvolver a pesquisa. Sou de uma família de empregadas domésticas que inclui avó e mãe, tias e primas. Em minha experiência pessoal, foram vários os contextos em que o emprego doméstico era tido como próprio da mulher negra. Essa experiência sugeria que o imaginário sobre o ser negro/negra, assim como sobre seus lugares sociais, é construído/consolidado já na infância.

Essas vivências e experiências se impregnaram no meu inconsciente como parte da minha relação com o racismo e o preconceito, ou seja, como parte da minha história. Mais que isso, motivaram-me a escolher esse assunto e sua tematização como campo de investigação histórico-acadêmica para dar respostas a certas indagações que integram uma preocupação minha: expor uma história fragmentada que compõe meu passado recente e permanece viva no presente. Noutros termos, investigar a discriminação e o preconceito, problematizando a trajetória de mulheres negras empregadas domésticas na história recente da cidade de Uberlândia (MG) num diálogo com suas experiências e percepções dessa questão, pois ainda hoje as pessoas costumam associar a mulher negra à profissão de doméstica.

O projeto que resultou nesta pesquisa foi idealizado em 2000 e se definiu em 2002, quando — a convite da professora doutora Vera Puga — fui aluna ouvinte na disciplina Relações de Gênero: Representações e Poder no mestrado em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais. Na trajetória de definição do tema e no desenvolvimento da pesquisa, o contato com movimentos sociais que hoje se

articulam em torno dessas questões foi, também, importante. Embora eu não milite em nenhuma entidade do movimento negro de Uberlândia, sempre participei de discussões e seminários e/ou congressos promovidos pelas organizações dos movimentos negros dessa cidade; também participo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFU (NEAB) desde sua fundação, em 2006.

No segundo semestre de 2006, fui aprovada na seleção do Programa de Estudos de Pós-graduação — Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o projeto de pesquisa *História de mulheres negras empregadas domésticas no mercado de trabalho em Uberlândia — século XX, década de 1990*. Naquele momento, o objetivo central do projeto era examinar a participação de mulheres negras no emprego doméstico na cidade. Desde então, o projeto passou por várias reformulações. De início, no contato com materiais diversos e com o depoimento de algumas mulheres negras empregadas domésticas, o tema do preconceito e da discriminação chamou minha atenção. Ao tratar da trajetória das mulheres, essa era uma questão difícil. Por vezes, eu não conseguia nem conversar sobre ela com as depoentes; o tema gerava silêncio e constrangimento. Em outros momentos, ele aparecia com muita força. Desde então, busquei articular o estudo da trajetória dessas mulheres à questão da discriminação e do preconceito na cidade.

Esta pesquisa foi encaminhada através da história oral e buscou dialogar com as experiências sociais de mulheres negras empregadas domésticas em Uberlândia e indagar sobre as articulações dessas experiências com as dinâmicas social e cultural da cidade e região. Para trabalhar a questão, elegemos como fontes centrais, além dos depoimentos orais, a imprensa escrita local. Em relação ao trabalho com a história oral, num primeiro momento, foi-me sugerido que, na pesquisa de campo com mulheres negras empregadas domésticas, fosse selecionado para entrevista um grupo de mulheres que permitisse envolver memórias de gerações de avós, mães, filhas, tias, sobrinhas e netas de uma mesma família. Cheguei a

constituir alguns núcleos de depoentes com essa metodologia, mas no decorrer do trabalho esse caminho se tornou inviável.

O primeiro contato com as mulheres negras empregadas domésticas ocorreu em três creches e/ou Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e Unidades de Desenvolvimento Infantil (UDIs) localizadas nos bairros Pampulha, Progresso e Daniel Fonseca. As creches foram selecionadas porque seriam locais onde eu encontraria, com mais probabilidade e facilidade, mulheres negras empregadas domésticas — dada a condição social atual da mulher negra, esses espaços são uns dos mais procurados pela categoria profissional para deixar os filhos enquanto trabalham.

A partir desses primeiros contatos, as mulheres negras foram surgindo espontaneamente, a exemplo de Nilda Lúcia, Maria Abadia, Marta Helena, Rosângela e Rosemeire. Como são do meu conhecimento pessoal, assim que souberam dos objetivos da pesquisa, dispuseram-se a ser entrevistadas. Paula, Alessandra, Denise e Josélia me foram apresentadas por uma amiga minha — também colega de trabalho — logo que soube dos meus propósitos de pesquisa. Conhecer pessoas com o perfil dos sujeitos desta pesquisa também facilitou encontrá-las. Todas as entrevistadas, em algum momento de suas vidas, exerceram a profissão de empregada doméstica; a maioria delas tinha entre 30 e 40 anos de idade na época da entrevista, sendo Paula a mais nova, com 30 anos, e Maria Abadia, a mais velha, 55 anos à época da entrevista. Quase todas são mães de dois ou mais filhos, exceto Rosângela, Nilda e Paula. Com relação ainda aos depoimentos, deve-se indicar que, ao final da pesquisa, buscando aprofundar a compreensão da trajetória dos movimentos e das ações do governo local sobre a questão na cidade, também entrevistei três representantes dos movimentos negros de Uberlândia e o presidente da COAFRO, coordenadoria afro-racial ligada ao governo municipal.

A utilização da imprensa escrita teve a intenção de ampliar nossa visão sobre as disputas em torno da discriminação e do preconceito na cidade. Os estudos indicavam que, no decorrer das últimas décadas do século XX, as lutas dos movimentos negros ganharam grande impulso no plano nacional e local. A proposta era que o diálogo com a imprensa escrita ampliasse a percepção dos processos de construção da discriminação e do preconceito em relação aos negros na sociedade uberlandense no período, auxiliando na compreensão da trajetória das mulheres entrevistadas. Escolhi o jornal *Correio de Uberlândia* por sua importância na vida política local e por causa de sua periodicidade — é o único jornal publicado diariamente na cidade¹ — e por estar ativo há mais de 70 anos.

O recorte temporal foi pensado tendo-se como base o momento de mudanças históricas nas áreas político-econômica e cultural, dentre outras, que foi marco característico não só em Uberlândia, mas também no país todo. Fruto das discussões desencadeadas na assembleia constituinte, que forjou a necessidade de se estender a propagação da temática racial às demais regiões e aos municípios do território nacional. Dessa forma, Uberlândia, nas décadas de 1980 e 1990, com a eleição do prefeito Zaire Rezende, um governo municipal de esquerda que propunha mudanças na área social e a democratização do município, pôde negociar com as bases para consolidar seu governo. É dentro desse governo democrático que é evidenciada a participação política e social da vereadora e representante do Movimento Uberlandense Visão Aberta Olga Helena da Costa em um diálogo constante com esses dirigentes de movimentos sociais de Uberlândia e região e a prefeitura de Uberlândia. Nesse contexto, analisar a ambiguidade com que o jornal *Correio de Uberlândia* tratava as questões raciais, mostrar como essas questões vão se transformando ao serem noticiadas pelo jornal no

¹ O jornal foi criado em 1938, por Osório José Junqueira, produtor rural de Ribeirão Preto (SP) que veio residir em Uberlândia. Segundo nota da assessoria de comunicação do referido jornal, ele tinha outros jornais em Ribeirão Preto, por isso vinha ao Triângulo Mineiro só duas vezes por semana; o resultado era a irregularidade do jornal em Uberlândia. Na década de 1940, o jornal seria vendido a outros empresários. De acordo com os dados da biblioteca de apoio do arquivo público da prefeitura de Uberlândia, na cidade havia cinco jornais além do *Correio de Uberlândia*.

decorrer dessas duas décadas e como as mulheres negras empregadas domésticas transitam neste contexto contando as suas histórias.

Na condução das entrevistas, utilizei um roteiro flexível. Descobri que, à medida que eu ligava o gravador e as mulheres começavam a relatar suas experiências, muitas vezes as perguntas eram invertidas, gerando outros assuntos, o que me obrigava a instigá-las com outras perguntas para retomar os objetivos da pesquisa. Como esclarece Alessandro Portelli,² “[...] as perguntas que o entrevistador leva consigo não são as coisas mais importantes, o mais importante é o entrevistado. Porque às vezes você faz uma pergunta e o entrevistado responde perguntas que você não perguntou”. O trabalho com os depoimentos, bastante difícil no início, com o tempo foi se tornando menos tenso. Tanto as mulheres quanto eu ficamos mais confiantes na condução da entrevistas, que passaram a acontecer com suavidade, quase espontaneamente. Importante destacar as entrevistas com Marta Helena e Maria Abadia, dada a sintonia entre entrevistador e entrevistado. Como indica Portelli, “[...] a relação que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador é muito importante para o sucesso ou fracasso do resultado da pesquisa”.³ Convém dizer que, antes de iniciar a entrevista, eu preparava as depoentes: apresentava-lhes os objetivos da pesquisa e descrevia como o relato delas seria usado no trabalho. Também as informava de que seus nomes reais apareceriam na pesquisa.

Nessa etapa da pesquisa, segui as recomendações de Portelli e outros autores quanto ao uso da história oral. Segundo esse autor, a história oral é uma forma específica de discurso — *história* — porque evoca uma narrativa do passado e porque indica um meio de expressão. Segundo ele, historiadores que trabalham com a história oral estão cada vez mais cientes de que ela é um discurso dialógico, criado não só pelo que os entrevistadores dizem, mas

² CONFERÊNCIA “LO VOY A DECIR AHORA: ENTRE VISTANDO EL MOVIMIENTO — DIÁLOGOS SOBRE HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E FONTES ORAIS”, 1., 2007, Uberlândia.

³ PORTELLI, Alessandro. In: CONFERÊNCIA “LO VOY A DECIR AHORA: ENTRE VISTANDO EL MOVIMIENTO — DIÁLOGOS SOBRE HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E FONTES ORAIS”, 1., 2007, Uberlândia.

também pelo que os historiadores fazem, ou seja, pela presença dos historiadores no campo de pesquisa e pela apresentação do material. Ele admite que a expressão história oral é ambivalente: refere-se a historiadores que ouvem as fontes orais e aos que dizem e escrevem. Dito de outro modo, há uma cumplicidade entre narrador e historiador no momento da entrevista, isto é,

A complexidade da história oral, como uma seqüência dos processos e construções verbais gerados pelos encontros culturais e pessoais no contexto do campo de trabalho entre narrador(es) e o historiador deriva em larga extensão da rica heteroglossia que resulta uma forma dialógica do discurso.⁴

Optei pelo jornal impresso entendendo-o como espaço de articulação e difusão de propostas e posições que formam e generalizam opiniões sobre questões sociais, políticas, econômicas e culturais, além de promover transformações no meio social. Na imprensa escrita, buscou-se acompanhar a forma pela qual o negro é representado; como são tratadas a questão do preconceito e da discriminação; as lutas dos movimentos negros pelos direitos de igualdade, assim como as transformações históricas em Uberlândia quanto à população negra, em especial as mulheres empregadas domésticas.

O desenvolvimento da pesquisa foi acompanhado por leituras, discussões e debates que suscitaram a necessidade de conhecer e teorizar as questões relativas à situação da mulher negra na sociedade brasileira. Como as discussões sobre a exclusão do negro, bem como as desigualdades sociais, a discriminação e o preconceito, aumentou o interesse por leituras de autores que pesquisam a temática. Uma visão mais geral sobre as condições históricas das populações negras no Brasil e, em especial, a mulher negra e o emprego doméstico foi

⁴ PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto de História** — Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: EDUC, n. 22, p. 7–36, jun. 2001.

trabalhada no diálogo com autores como: Patrícia Arzabe,⁵ Kátia Drumond,⁶ Heleiot I. B. Saffioti,⁷ Olívia Santana⁸ e Ana Maria dos Santos.

Vários estudos específicos sobre os modos de vida e as experiências da população negra em Uberlândia ajudaram na realização desta pesquisa. Destacam-se o trabalho de Luiz Carlos do Carmo, o de Carmen Lucia de Oliveira e o de Glênio Oliveira da Silva. A dissertação de Carmo — *“Função de Preto”*: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia: 1945–1960 — trouxe importantes contribuições ao relacionar trabalho e discriminação na cidade.⁹ A monografia de Silva — *O negro no mercado de trabalho em Uberlândia* — propiciou uma visão mais geral da situação da população negra em Uberlândia e contribuiu para o entendimento da pesquisa que enfatiza a raça negra com enfoque na mulher.¹⁰ O estudo de Lucia — *Mulheres negras e educação escolar em Uberlândia (1950–60): trajetória, memória e imaginário* — aproxima-se de minha pesquisa, tendo em vista que a autora prioriza discussões sobre raça, gênero e a questão da educação.

Também a discussão proposta por Jorgetânia da Silva Ferreira, tanto em sua dissertação de mestrado — *História, memória e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia — 1970/1999*¹¹ — como em sua tese de doutorado — *Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas-de-casa no Triângulo Mineiro*

⁵ ARZABE, Patrícia H. M. Erradicação do trabalho infantil: perspectivas de proteção às crianças. In: SÂMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Trabalho feminino e cidadania**. São Paulo: Humanistas/FFCH/USP, 1999, 298 p.

⁶ DRUMOND, Kátia. **Vidas de domésticas**: direitos e consciência. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br/vidadedomesticas.htm>>. Acesso em: 287 set. 2005.

⁷ SAFFIOTI, Heleiot I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 75.

⁸ SANTANA, Olívia. **O negro no mercado de trabalho**. Quais as perspectivas e tempos de globalização. Disponível em: <http://www.faced.ufuba.br/artigos/artigo_olivia>. Acesso em: 4 nov. 2002.

⁹ CARMO, Luiz do. **“Função de preto”**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia — 1945–1960. 2000. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

¹⁰ SILVA, Glênio Oliveira da. **O negro no mercado de trabalho em Uberlândia**. 1996. Monografia (Graduação em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 45.

¹¹ FERREIRA Jorgetânia da Silva. **Memória, história e trabalho**: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia — 1970/1999. 2000. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

(1950–2005)¹² —, contribuiu de forma decisiva, na medida em que permitiu visualizar experiências de trabalhadoras domésticas na cidade no mesmo período de estudo. A autora procurou compreender e analisar a prática social denominada *emprego doméstico* a partir das experiências de trabalhadoras na perspectiva do trabalho, problematizando o cotidiano de mulheres pobres que tinham em comum o fato de serem domésticas e a forma de pensarem historicamente essas experiências sociais.

No decorrer da pesquisa, alguns conceitos e algumas noções se vinculam mais estreitamente à pesquisa.

Na discussão sobre cultura, a tese de Maria Clara Thomaz Machado — *Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1955–1985)* — foi de grande valia. Segundo essa historiadora, cultura pode ser definida como um modo específico de viver, sentir e representar no mundo onde se vive. Para a autora, estudar as forma de representações culturais supõe, de início, adentrar sua realidade social e desvendar como as representações culturais se constituíram e se apresentam nos gestos, na linguagem, nos referenciais de mundo, nas práticas cotidianas de trabalho, lazer e religiosidade. Nos termos de Machado, “[...] a cultura deve ser pensada no plural e no presente, como uma forma de reapresentação viva e dinâmica das classes populares”.¹³ Para Peter Burke,¹⁴ a abrangência atual do termo *cultura* se refere a quase tudo que pode identificar dada sociedade e diferenciá-la de outra em seu modo de viver, festejar, sofrer, trabalhar. Assim, eis a noção de cultura que permeia minha discussão sobre a sociedade uberlandense e o fazer cotidiano no contexto histórico de 1980 e 1999, com base nas narrativas vivas de mulheres negras empregadas domésticas.

¹² FERREIRA Jorgetânia da Silva. **Trabalho em domicílio**: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas-de-casa no Triângulo Mineiro (1950–2005). Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹³ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais** — caminhos cruzados de um mesmo tempo (1955–1985). Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1998, p. 8.

¹⁴ BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 apud MACHADO, 1998.

Para discutir o conceito de raça, recorreremos a Marie Jane Soares Carvalho, para quem raça é uma categoria social constituída por referências sociais, culturais e históricas que tomam as evidências na cor da pele como significantes para desqualificar a cultura e os paradigmas filosóficos não ocidentais e localizar as pessoas em posições imaginárias ou reais na estrutura social. Noutros termos, raça é um conceito socialmente construído.¹⁵ No caso do Brasil, segundo Lilia Moritz,¹⁶ a constituição de uma identidade racial foi reforçada, em primeiro lugar, pelas interpretações raciais procedentes de outros países, sobretudo da Europa.

Ao conceito de raça, vincula-se o de etnia, que — diria Kabengele¹⁷ — refere-se a um conjunto de indivíduos que histórica ou mitologicamente tem um ancestral comum, uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Logo, etnia é uma categoria relativa a aspectos culturais. Segundo Carmen Oliveira, no Brasil o termo etnia é mais empregado em referência à população indígena.¹⁸

Marie Jane Soares Carvalho diz que o conceito de etnia remete à identidade do sujeito rumo a uma perspectiva cultural e é visto como uma teia de significados, símbolos e atribuições pelos quais a identidade é construída. Segundo ela, o que define etnia é o sentimento de pertencimento, inclusão em um grupo em que as pessoas se conhecem e se dão a conhecer, em que têm sinalizações ou criam sinalizações que as distingam de outras, a exemplo do idioma, da religião, da nacionalidade e das experiências distintivas e singulares de

¹⁵ CARVALHO, Marie Jane Soares. Raça e pesquisa educacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO — pesquisando e gestando outra escola. Paradigmas da pesquisa em educação e desafios contemporâneos para outra escola, 2., 2000, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ed. da UNISINOS, 2000. Professora doutora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); seus estudos se embasam em Banton, Ianni, Carvalho, Cornel Weste, Smiggay, Seyferty e Lopes.

¹⁶ SCHWARCS, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 23.

¹⁷ KABENGELE, Munanga. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO/PENESB-RJ, 3., 5 nov. 2003, Rio de Janeiro, p. 12. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 5 de junho de 2008.

¹⁸ OLIVERIA, Carmen Lúcia de. **Imaginário, racialização e identidades percebidas de mulheres negras escolarizadas (Uberlândia, 1950/1969)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 50.

dada cultura.¹⁹ Com base em Wallman, Carvalho argumenta ainda que etnia não se confunde com cultura e raça; nem é simplesmente a diferença. Antes, vincula-se ao senso de diferença. Para essa autora, quando os membros de certos grupos culturais ou raciais se interagem como membros de outros grupos, a diferença real significa identidade potencial, que marca os membros de um grupo particular.²⁰

Para tratar do conceito de racismo, recorri a Munanga Kabengele. Para esse autor, em alguns países que vivenciaram a situação de ódio racial — a Alemanha nazista, a África do Sul do *apartheid* e os Estados Unidos do sistema Jim Crow —, as relações entre os segmentos étnicos diferentes são mais explícitas, mais abertas; é um racismo institucionalizado, às vezes acompanhado de hostilidade e morte. Ele afirma que alguns outros países praticaram e praticam a discriminação racial, sem haver necessariamente a institucionalização da prática. Diz ele:

Estamos num país [o Brasil] onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo, são alguns aspectos dessa ideologia.²¹

Para Kabengele, o racismo brasileiro age estrategicamente sem demonstrar sua rigidez; não aparece à luz do dia; é ambíguo, meloso, pegajoso e eficaz em cumprir seus objetivos; e mais: a ideologia racista difundida na sociedade brasileira influenciou — e influencia — o comportamento de todos, contamina todas as camadas sociais. Por isso, a questão racial precisa sair da teoria, deixar de ser problema só do negro para ser do interesse das instituições e da sociedade a fim de que se possa transformar o modo geral como os brasileiros veem a temática racial.

¹⁹ CARVALHO, 2000.

²⁰ CARVALHO, 2000, p. 2.

²¹ KABENGELE, Munanga. As facetas de um racismo silencioso. Raça e diversidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: ed. da USP, 1996, p. 214–5.

A concepção de preconceito foi tratada à luz de Antônio Olímpio de Sant’Ana,²² para quem preconceito é uma opinião preestabelecida, importada pelo meio, pela época e pela educação. O preconceito regula as relações de uma pessoa com a sociedade e, ao fazê-lo, permeia toda a sociedade, como um mediador das relações humanas.

O conceito de discriminação, também, alinha-se à discussão da temática desta pesquisa. Segundo Sant’Ana,²³ discriminação é o nome dado à conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos como raça, sexo, idade, opção religiosa e outros. É algo como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Esse autor argumenta que discriminação — como o próprio nome diz — é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer de algo) que resulta em violação de direitos.

Eis os eixos de discussão que guiam minha reflexão sobre as dimensões da experiência histórica de mulheres negras em Uberlândia nas últimas décadas do século XX. Focando as questões da discriminação e do preconceito, problematizando a trajetória de mulheres negras empregadas domésticas na história recente da cidade de Uberlândia (MG) num diálogo com suas experiências e percepções dessa questão.

A dissertação resultante da pesquisa tem três capítulos.

No primeiro capítulo, enfoco como o negro foi representado historicamente na imprensa escrita de Uberlândia. Nesse capítulo, a leitura de textos noticiosos e de opinião publicados no jornal *Correio de Uberlândia* permitiu perceber as transformações nas representações sobre o negro e nas disputas em torno da discriminação e do preconceito. Nele acompanho as transformações, ambiguidades e tensões na veiculação da imagem pública de

²² SANT’ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básico sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Programa Nacional de Direitos Humanos, 2005, p. 62.

²³ SANT’ANA, 2005, p. 63.

homens e mulheres negros de Uberlândia e o avanço das lutas nacionais e locais contra a discriminação e a atuação de movimentos sociais a partir dos anos de 1980.

No segundo capítulo, abordo a trajetória de vida e experiências de mulheres negras empregadas domésticas na cidade de Uberlândia nesse período de transformação das relações étnico-raciais. No relato de várias das entrevistadas, em meio a suas experiências na busca de melhores condições e perspectivas de vida, a questão da escolarização assumiu importância central, e também aqui será abordada. Muitas vezes é por meio de sua trajetória escolar que as depoentes organizam os relatos de sua história de vida, lugares onde moraram/moram, dificuldades, decepções, conquistas e o que esperam do futuro. Assim, construo uma discussão entrelaçada pelos relatos sobre a trajetória de vida e escolarização das entrevistas dessas mulheres.

Finalmente, no terceiro capítulo, a partir dos depoimentos de mulheres negras empregadas domésticas em Uberlândia e de lideranças dos movimentos e espaços de organização das lutas, procuro discutir como as percepções e experiências sobre o preconceito e a discriminação se colocam atualmente. Com base em depoimentos de lideranças negras na cidade, particularmente do presidente da COAFRO, da presidente do MONUVA, dos Coordenadores do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros), busco discutir qual é a visão dessas instituições sociais em relação à situação da mulher negra em Uberlândia.

Capítulo 1

REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA IMPRENSA ESCRITA DE UBERLÂNDIA (MG): TENSÕES DAS IMAGENS PÚBLICAS

A leitura de textos noticiosos e de opinião publicados no jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1980 permitiu perceber que os processos de construção da discriminação e do preconceito com relação aos negros passaram por transformações nas últimas décadas na sociedade uberlandense. Os estudos indicam que em Uberlândia, até o decênio de 1950, havia separação social rígida, consentida e incorporada em espaços da prática cultural como cinemas e outros locais de entretenimento. O avanço das lutas nacionais e locais contra discriminação e a atuação de movimentos sociais a partir dos anos de 1980 pôs em xeque essa faceta da vida pública uberlandense. A mudança se insinua, em especial, nas concepções difundidas pelo jornal acima referido nas décadas de 1980 e 1990. Mas ela não ocorreu sem ambiguidades. Neste capítulo, busco acompanhar as transformações, ambiguidades e tensões na veiculação da imagem pública de homens e mulheres negros de Uberlândia.

Optei pelo jornal impresso entendendo-o como espaço de articulação e difusão de propostas e posições que formam e generalizam opiniões sobre questões sociais, políticas, econômicas e culturais, além de promover transformações no meio social.²⁴ Escolhi o *Correio de Uberlândia* por sua importância na vida política local e por causa de sua periodicidade — sendo atualmente o único jornal publicado diariamente na cidade²⁵ — e estar ativo há mais de 70 anos. O *Correio* é um artefato presente no dia a dia da cidade, articulando-se no cotidiano

²⁴ “[...] a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesse das elites, mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo” — ver: CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**; periodismo e vida urbana — 1890–1915. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000, p. 165.

²⁵ O jornal foi criado, em 1938, por Osório José Junqueira, produtor rural de Ribeirão Preto (SP) que veio residir em Uberlândia. Segundo nota da assessoria de comunicação do referido jornal, ele tinha outros jornais em Ribeirão Preto, por isso vinha ao Triângulo Mineiro só duas vezes por semana; o resultado era a irregularidade do jornal em Uberlândia. Na década de 1940, o jornal seria vendido a outros empresários. De acordo com os dados da Biblioteca de Apoio do Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a cidade possuía cinco jornais além do *Correio de Uberlândia*.

de parte significativa da população uberlandense, atuando como formador de opinião e veículo para notícias sobre acontecimentos locais, regionais e nacionais. Em sua história, esse jornal passou por transformações gráficas e editoriais, teve donos distintos — em 1986, um grupo empresarial local assumiu o controle acionário — e se afirmou como veículo de imprensa principal da região.²⁶ No decorrer das últimas décadas, registra-se a atuação de alguns outros órgãos na imprensa local, dentre os quais podemos indicar: o jornal *Primeira Hora* (iniciou suas atividades de funcionamento de 1º de outubro de 1982, findando em 7 de março de 1990); o jornal *Triângulo*, ativo entre de novembro de 1985 e novembro de 2000, e o jornal *Gazeta de Uberlândia*, publicado entre agosto de 2003 e janeiro de 2008. No entanto, a força do *Correio* e suas ligações com os projetos e grupos políticos locais fundamentaram sua seleção.

No decorrer do trabalho, será utilizada a nomenclatura *Correio de Uberlândia* no período compreendido de janeiro de 1980 a dezembro de 1999. Apesar da mudança de nomenclatura do jornal em 1995 para *Correio*, o periódico popularizou-se com a nomenclatura *Correio de Uberlândia*.²⁷

1.1 Ambiguidades entre o discurso do jornal e a prática da notícia

Já no início da década, em 1980, o *Correio de Uberlândia* informava sobre o desenvolvimento de movimentos negros locais nacionais e sobre a transformação de atitudes relativas a questões étnicas. Em diferentes momentos, o jornal noticiaria a formação do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (MONUVA) na cidade e a eleição da vereadora negra Olga Helena da Costa, em 1982. Por outro lado, numa contradição aparente, edições da década de 1980 do *Correio de Uberlândia* mostram que a imagem de homens e

²⁶ Até 1986, chamava-se *Correio de Uberlândia*. Em 1991, passou a ser *Correio do Triângulo* — curiosamente, a palavra Triângulo compunha o nome de seu concorrente principal. Em 1995, o nome passou a ser *Correio*. Em 2006, voltou a ter a locução adjetiva *de Uberlândia*. CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2009. Disponível em: <http://www.alm.gov.br/not_bancodenoticias_696829.asp>. Acesso em: 14 nov. 2008.

²⁷ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, p. C1, 25 jul. 2007.

mulheres negros comuns ainda tem como lugar privilegiado as notícias sobre criminalidade, isto é, as páginas que noticiam assaltos, latrocínios, assassinatos. É nessas seções que aparecem notícias sobre domésticas, pedreiros, serventes, carregadores braçais, trabalhadores rurais (“peões”) que também são negros ou negras. Dito de outro modo, no início da década, as poucas representações sobre negros das classes populares no jornal se materializaram nesse tipo de texto noticioso; notícias sobre pessoas negras noutros cadernos do jornal só eram publicadas quando os sujeitos eram personagens que se destacavam na mídia, a exemplo do ator uberlandense Grande Otelo.

O tratamento ambíguo da questão do preconceito no interior do jornal pode ser evidenciado quanto tomamos como exemplo duas matérias publicadas em junho de 1980, uma relativa à organização do movimento negro na cidade, outra uma pequena matéria nas notícias policiais.

O editorial da edição do *Correio de Uberlândia* de 11 de junho de 1980, publicado sob o título “Movimento negro unificado chega a Uberlândia”, destaca que:

É preciso que os negros conheçam suas potencialidades e se libertem do preconceito racial e vençam o complexo de inferioridade. Booker T. Washington e Dubois desenvolveram seu trabalho nos Estados Unidos onde o crescimento do poder negro impõe um novo ritmo à História. No Brasil despontam agora os grupos étnicos para uma tomada de posição. É para prevenir estas gerações futuras que o Movimento Negro Unificado de Uberlândia começa a adquirir figura e expressão. O Movimento destina a crescer e arregimentar todos os negros que desejam um desenvolvimento pessoal integral.²⁸

Uma primeira análise do texto, bem como do destaque a ele atribuído como editorial, indica que no início da década de 1980 o movimento negro começa a ganhar força na política local. Mas uma leitura mais cuidadosa também indica que o editorialista, reconhecendo a crescente importância dos movimentos negros nos âmbitos internacional, nacional e local, assume ainda um tom paternalista e, com a autoridade do jornal, indica ao movimento e aos

²⁸ MOVIMENTO negro unificado chega a Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 8, 11 jun. 1980.

negros em geral como devem agir. Não obstante, não há dúvida de que nesse editorial os movimentos de combate à discriminação e ao preconceito ganham uma conotação afirmativa.

O próprio jornal põe em xeque seu comprometimento com uma mudança de olhar e sua dificuldade em lidar com a questão do preconceito na sociedade uberlandense ao noticiar, quatro dias após a publicação desse editorial, nas notícias policiais, que uma “Doméstica ladra [foi] apanhada pela Polícia”:

A polícia prendeu a vigarista Lúcia Helena do Carmo, solteira e mãe de três filhos. Lúcia Helena é especialista em dar o golpe da empregada. A crioula chega numa casa, trabalha três ou quatro dias e depois desaparece com todo o que puder; carregando jóias e objetos e valores. Ela foi presa aqui em Uberlândia e uma parte de jóias furtadas está em poder da polícia para se entregue aos seus legítimos donos. Igual a Lúcia Helena, existem outras vigaristas, que merecem cuidado se estiverem trabalhando em sua casa.²⁹

No relato do roubo das jóias, o jornal usa termos pejorativos, por exemplo, ao se referir a Lúcia Helena com a palavra crioula, articulando-a com a profissão de doméstica. O conteúdo da notícia sugere o quanto a empregada é perigosa, articulando-se a preconceitos que no editorial anterior o jornal se propõe a superar. O título atrai a atenção do leitor e o conduz à leitura do texto todo — sobre a doméstica negra, solteira, mães de três filhos apanhada pela polícia e que o jornal, tendenciosamente, chama de crioula. O jornal também adverte as patroas para que tomem cuidado com empregadas como Lúcia Helena quando estiverem trabalhando na casa delas; ou seja, cuidado com as empregadas negras, porque elas podem ser ladras. O emprego do termo crioula configura uma linguagem que remete a um tempo em que na discussão pública o preconceito aparece naturalizado.

Outras notícias que parecem compor este campo de ambiguidade são aquelas relativas à vida de artistas negros famosos de Uberlândia, destacando-se o caso emblemático de um dos mais famosos filhos da terra, o ator de Grande Otelo. Nas várias notícias publicadas sobre o ator, principalmente na década de 1980, tratado como personagem da qual a cidade se

²⁹ DOMÉSTICA ladra apanhada pela polícia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 2, 14–5 jun. 1980.

orgulha, o que se destaca é a articulação da notícia com o imaginário geral do sucesso, sem nenhuma menção a sua condição étnica. Assim, na matéria publicada em 18 de maio de 1984, “Grande Otelo se casa no Rio aos 68 anos de idade”, o que se destaca na trajetória do ator são seus sucessos, omitindo-se qualquer menção às dificuldades que a realização do casamento, após anos de convivência, aos 68 anos, sugere.

O ator Grande Otelo, de 68 anos casou-se quarta-feira, a noite, na Capela da PUC, Rio, com a atriz Josephine Helen, em cerimônia assistida por grande número de artistas, políticos e fãs. Vestido de branco, com um largo sorriso — mas sem conseguir evitar as lágrimas — Otelo fez questão de sacramentar uma união de anos com Josephine, iniciada quando ambos se apresentaram na boate Sucata. “Estudei no Colégio Salesiano, de São Paulo. Sempre fui católico e tive vontade de oficializar meu casamento.” E para isso, os dois não mediram esforços. Além de decorarem toda capela com flores silvestres, convidaram 60 padrinhos, entre os quais o ator Ney Latorraca, o humorista Ziraldo, o deputado José Aparecido, representante do governador Tancredo Neves, e ex-ministro Arnaldo Prieto estiveram na recepção na Boate Scala, onde apresenta Otelo o show “Golden Rio”.³⁰

Nos anos de 1980, o *Correio de Uberlândia* publicou outras notícias sobre esse ator, sobre outros artistas e sobre outras personalidades, quase sempre ressaltando as qualidades das celebridades negras. Nessa década, os textos referentes a pessoas negras ilustres seguem certo padrão: as fotografias ilustram as notícias e os textos são permeados por descrições sobre as qualidades e trajetórias de sucesso dos personagens. Por exemplo, quando o jornal se refere a Grande Otelo, ressalta suas qualidades como ator e seus trabalhos no cinema, na televisão e no teatro. O jornal pode até se referir ao fracasso do ator, mas a ênfase é no sucesso. É interessante observar a forma ambígua como o *Correio de Uberlândia* trata uma personalidade pública e as pessoas humildes. Com a empregada doméstica, não teve nenhum cuidado com relação ao emprego das palavras utilizadas no sentido de desqualificar a doméstica criminosa; para falar das celebridades, ao contrário, não polpa detalhes para abrilhantar o prestígio do cidadão.

³⁰ GRANDE Otelo se casa no Rio aos 68 anos de idade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 11, 18 maio 1984.

A primeira notícia diferenciada sobre o tema que localizei no jornal é sobre discriminação e preconceito; foi na edição de domingo 29 de dezembro de 1986. Nesta, encontra-se um texto que denuncia, no atrito entre um professor e uma adolescente, a discriminação:

Renata Michele confirmou a versão do Monuva e disse que há muito o professor é implicado com ela. “Essa não foi a primeira vez que ele me humilhou na frente de todo mundo. Eu sentia a discriminação na pele desde que o professor foi para a escola onde estudo e por isso deixei de conversar com ele.” Renata pediu que o professor seja punido e justificou que não quer para outros alunos o que aconteceu com ela. A prima de Renata, Fabiana Caetano Silva, 15 anos, que cursa a 7ª série, contou que a prima chorava muito após ser expulsa da quadra e chamada de “raça ruim” pelo professor. A adolescente afirmou se lembrar que certa vez Renata ficou chateada porque o professor a chamou de “boazuda” e a partir desse dia deixou de conversar com ele. “Foi depois que o professor começou a implicar com Renata. Acho esse problema muito sério e sou a favor de que minha tia vá até o fim com o processo. A mãe de Renata, Sandra Regina da Silva, ressaltou que não chamou a Polícia Militar e nem foi à escola no dia do acontecido com a filha porque desconhecia seus direitos e sequer era informada sobre a lei Afonso Arinos (destinada a punir autores de racismo “Só depois de conscientizada pelo Monuva e pelos próprios educadores da escola é que tomei a decisão de tornar o caso de minha filha público e vou lutar até o fim para punir esse professor”). Sandra Regina afirmou que sua atitude em lutar contra a discriminação racial não é só por sua filha, mas para evitar que aconteça com outras famílias. “No dia, eu estava no trabalho quando minha filha me telefonou contando tudo. Foi horrível, fiquei arrasada. É muito difícil sentir o preconceito na pele. O preconceito precisa acabar no Brasil. É muito constrangedor para as vítimas”, acentuou Sandra Regina. O Professor Wilson José foi procurado pelo *Correio*, mas não foi encontrado e nem retornou as ligações telefônicas.³¹

A notícia é importante não só por revelar que neste momento o jornal já começa a abrir espaço aos relatos de pessoas que se pensam como alvo de preconceito e discriminação, como também por revelar a discussão social na qual os sujeitos reconhecem a existência de um ordenamento jurídico — no caso, a lei Afonso Arinos — como instrumento de suas lutas contra o preconceito. Se fizermos um salto de uma década e analisarmos a matéria publicada sob a manchete “Mulher é indiciada por racismo”, na edição de quinta-feira 23 de maio de

³¹ ESTUDANTE disse que era muito perseguida. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 9, 29 dez. 1986.

1996, perceberemos as transformações significativas nas imagens públicas veiculadas sobre a questão. Esse título é de uma notícia sobre crime de racismo e desacato à autoridade policial.

A psicóloga Rosilene Casabona Castanheira, 33 anos residente em Uberlândia, foi indiciada pela Polícia Civil por crime de racismo e desacato à autoridade policial. O caso teria ocorrido esta semana. A mulher teria, segundo a versão da Polícia Militar, desacatado o militar Augusto Manoel de Mendonça, 33 anos, durante uma orientação do PM no trânsito, chamando-o de “preto” e [dizendo] que “ganhava pouco”. Rosilene estaria como passageira em um Fiat Uno, dirigido por Ricardo Casabona. O boletim de ocorrência foi registrado na Delegacia de Plantão. Em depoimento dado ao delegado Ivan Leal, Rosilene desmente a acusação e acusa o militar de ter sido agressivo na abordagem, além de contestar o que foi escrito na ocorrência. Após ouvir todas as partes, o delegado decidiu indiciá-la pelos delitos, liberando-a em seguida.³²

Essa notícia parece inverter a discussão sobre preconceito e discriminação, isto é, o jornal parece assumir o discurso da criminalização do racismo. Além disso, é provável que a situação de Rosilene tenha se complicado porque a vítima da agressão era um policial militar; a versão de uma autoridade tal parece ter tido mais peso que a de uma cidadã comum. Eis o ponto que distingue o caso de Renata Michele do de Rosilene. Aparentemente pobre e sem saber da existência de uma lei que pune atitudes racistas, a adolescente não fez uma ocorrência policial quando foi agredida pelo professor — o jornal informa que ela fora agredida várias vezes ante a presença de outros, inclusive da prima de 15 anos Fabiana Caetano da Silva, que a viu chorando após ter sido chamada de “raça ruim” e sido expulsa da quadra pelo professor. Igualmente, a mãe de Renata — diz o jornal —, embora tenha sabido do ocorrido graças ao telefonema da filha em seu local de trabalho, não tomou providência porque não sabia que poderia formalizar uma denúncia legal contra o professor, pois desconhecia a lei. A Lei Afonso Arinos, a que a mãe de Renata, Sandra Regina da Silva, referiu-se, citada pelo jornal *Correio de Uberlândia*, é a lei de número 1.390, de 3 de julho de

³² MULHER é indiciada por racismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 12, 23 maio 1996.

1951 que incluía/inclui entre as contravenções a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou cor. Em 20 de dezembro de 1985, a Lei Afonso Arinos foi revogada pela Lei CAÓ.³³

O jornal informa que a mãe de Renata, Sandra Regina, após ter sido esclarecida pelos professores da escola e pelo Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (MONUVA), decidiu tornar o fato público, para que outros não passassem pela humilhação que a filha passou e para que o professor fosse punido. Segundo o jornal, o professor fora procurado pelo diário, mas não foi encontrado nem procurou os responsáveis para se pronunciar sobre a denúncia. O desfecho da notícia deixa entrever que, embora a atitude da mãe para que a lei fosse contra o agressor de Renata, o caso ficou na denúncia, porque o acusado não foi encontrado nem se manifestou. Também mostra que o *Correio de Uberlândia* introduzia em suas páginas questões sociais envolvendo denúncia de crime de racismo na cidade.

Outro caso de racismo noticiado, já no fim dos anos de 1990, é do motorista André Márcio da Silva, de 27 anos. Segundo o jornal, ele registrou ocorrência policial porque foi barrado pelo vigia de uma agência do Banco do Brasil quando, a serviço de uma empresa, ia pagar uma guia de Emissão de Cupom Fiscal (ECM) para recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No texto da notícia, o motorista diz que já estava na agência da avenida Vasconcelos Costa, em Uberlândia, quando percebeu que o dinheiro que tinha era insuficiente para fazer o pagamento. Por isso, teve de sair da agência para ir ao seu caminhão pegar mais dinheiro a fim de completar a quantia necessária para pagar a guia. Contudo, ao tentar entrar na agência de novo, fora impedido pelo vigia.

Como informa o jornal, André registrou queixa na Delegacia de Crimes contra Pessoas contra o gerente e o vigia do Banco do Brasil. Segundo o *Correio de Uberlândia*, um colega de André, que trabalhava na mesma empresa, entrou no banco, fez o pagamento e apresentou o incidente com André Márcio ao gerente do banco. O delegado Antônio Noronha, que

³³ Racismo — preconceito de raça, cor, religião, etnia ou precedência nacional. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 14 maio 2010.

atendeu André, disse que investigaria a denúncia; se houvesse fundamento, o caso seria tratado dentro lei. O jornal informou que o gerente do banco afirmou desconhecer o fato e que qualquer cidadão poderia entrar no banco no horário de atendimento ao público.

Eis o texto da notícia:

O motorista André Márcio da Silva, 27 anos registrou ontem na Delegacia de Crimes contra Pessoas, de Uberlândia, uma queixa-crime contra um gerente e um vigia do Banco do Brasil, da Avenida Vasconcelos Costa, no bairro Martins. André alega ter sido discriminado por ser negro. “Fui impedido de entrar no banco.” Funcionário de uma transportadora em Ituiutaba, André contou que foi ao banco para pagar uma guia de ECM (Emissão de Cupom Fiscal) da empresa, para recolhimento de ICMS junto ao Estado, e ao efetuar o pagamento percebeu que o dinheiro que carregava na carteira era insuficiente. Ele, então, saiu e foi ao carro buscar o restante. Na volta, narrou o motorista, o vigilante não permitiu entrar. “Faltava 20 minutos para o banco fechar. Ele levantou suspeita sobre a minha pessoa por eu ser de cor negra e, por causa da proibição, em passei por constrangimento, pois na hora havia na agência mais de 120 pessoas e pelo menos 90 delas assistiram à cena”, declarou o motorista à queixa. A declaração de André foi confirmada pelo também empregado da mesma empresa Altemar Justino Brito. O colega contou que por causa da proibição do guarda ele teve que pegar o dinheiro com o companheiro e fazer o pagamento. Altemar disse que levou o fato ao gerente e este disse que o caso era questão de segurança. O delegado Marco Antônio Noronha, que atendeu o motorista, abriu inquérito policial para apurar o caso. O delegado salientou que, a princípio, existe a suspeita de o motorista ter sido barrado por ser negro. Porém ressaltou: “Vamos investigar a denúncia e ver se realmente houve preconceito de cor contra o denunciante”. Noronha disse que o caso de André será estudado com base na Lei 7.716/98. A lei dispõe sobre o crime resultante de preconceito de raça ou cor, que prevê pena de 1 a 3 anos de reclusão para quem recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir atender ou receber cliente ou comprador. O gerente da agência do Banco do Brasil da Avenida Vasconcelos Costa, disse ontem às 17h50 que desconhecia a ocorrência de qualquer fato relacionado ao motorista André Márcio da Silva. “Se houve o fato a pessoa sequer o procurou em sua mesa. Sobre a suposta proibição da entrada de André, Daniel disse “qualquer pessoa pode adentrar o banco, sendo cliente ou não desde que seja no período de atendimento público, das 10 às 15 horas”. Ele frisou que a agência está à disposição para resolver qualquer divergência ou situação ocorra durante o expediente.³⁴

Essa notícia mostra diferenças nas denúncias de racismo em Uberlândia, ou seja, na forma como cada caso é tratado. Rosilene foi indiciada por crime de racismo, supostamente por ter agredido verbalmente um policial negro — chamá-lo de “preto” — e aludir a seu

³⁴ MOTORISTA alega que, por ser negro, foi impedido de entrar numa agência bancária. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 13, 5 fev. 1999.

salário — dizer que era baixo. Como o policial estava na rua a trabalho, orientando motoristas, tinha em mãos o formulário do boletim de ocorrência; assim, logo após ter abordado o carro que conduzia Rosilene e ser agredido, preencheu o formulário (descreveu o crime) e o registrou. Rosilene não confirmou a ocorrência do policial (contou outra versão ao delegado) e foi indiciada sem o delegado averiguar a versão contada por ela. André Márcio fora constrangido ante a presença de várias pessoas, inclusive seu colega de trabalho, testemunha do caso e denunciante da atitude do vigia ao gerente do banco. O delegado Antônio Noronha, que atendeu André, disse que havia uma denúncia de racismo. Mas denúncia não é fato consumado: exige averiguação. Informado sobre o acontecido, o gerente do banco respondeu que desconhecia o assunto. Se o professor da adolescente Renata Michele, Vilson José, não se deu ao trabalho de responder às acusações — nem mesmo ao jornal —, a agressora do policial militar, mesmo tendo negado e narrado outra versão, foi indiciada; se o agressor de André Márcio, o vigia de banco, apoiado pelo gerente da agência, não foi indiciado, o constrangimento a que André passou foi registrado graças à denúncia de atitude racista, feita por seu colega de trabalho.

Diante do que foi colocado sobre denúncia formal de racismo, percebe-se um avanço na divulgação de notícias no *Correio de Uberlândia*: o jornal está noticiando matérias de criminalização do racismo, assunto envolvendo problemas polêmicos e de responsabilidade de toda sociedade. Percebemos mudança na representação pública de pessoas negras em Uberlândia; parece que tais mudanças compõem uma conjuntura de avanço das lutas contra a discriminação na cidade, onde se destaca a intervenção do movimento negro uberlandense Visão Aberta (MONUVA) nas questões que envolvem as denúncias de racismo, como o caso da estudante Renata, cuja mãe somente oficializou a denúncia depois de ter sido esclarecida de seus direitos pelo MONUVA, espaço de debate em defesa dos direitos contra a

discriminação racial, influenciando as mudanças na representação de pessoas negras na imprensa escrita de Uberlândia.

1.2 Outras visibilidades sociais: vereadora Olga Helena e o movimento negro de Uberlândia

Com efeito, a essa tendência à transformação de atitudes públicas contra o preconceito e a discriminação na imprensa escrita de Uberlândia, correspondem a articulação e a organização do movimento negro, que se estabelece como entidade social nessa cidade para dialogar com pessoas negras. Sinal dessa transformação é a eleição de duas vereadoras — noticiada pela edição do *Correio de Uberlândia* de 24 de novembro de 1982 —, das quais uma é Olga Helena da Costa, representante do MONUVA, o movimento negro fundado em 11 de junho de 1980, quatro anos após sua chegada a Uberlândia. Como diz a nota:

O pleito eleitoral do último dia 15 promoveu uma grande reformulação na composição de Câmara Municipal. Além da maioria eleita ser do PMDB, muitos dos atuais vereadores não voltarão em 1983. Para se ter uma idéia, Alceu Santos, João de Oliveira Paulino, José Abalém Neto e Eudécio Casasanta Pereira, candidatos a prefeito e vice-prefeito e deputados, não tiveram sucesso em suas campanhas. Adalberto Duarte da Silva, Adriano Bailoni Júnior, Amir Cherulli, Antônio Jorge Neto e Eurípedes Barsanulfo de Barros conseguiram a reeleição, enquanto que os demais não conseguiram os votos necessários para voltarem ao Palácio dos Leões e terão que aceitar a decisão popular do eleitorado uberlandense. Foram eleitos 8 vereadores do PDS e 11 do PMDB. Eis a composição da nova Câmara Municipal de Uberlândia: Adalberto Duarte da Silva, Adriano Bailoni Jr., Amir Cherulli, Antônio Jorge Neto, Antônio Naves de Oliveira, Cleto Gomes Correa, Dorivaldo Alves do Nascimento, Elias, Eurípedes Barsanulfo de Barros, Evandro José Braga, Geraldo Rezende, José Antônio de Souza, Laerte, Nilza Alves, Olga Helena, Pedro Matias, Sebastião Eurípedes, Silas, Waldec Luís Gomes. A eleição da nova mesa diretora deverá ocorrer no dia 31 de janeiro. Segundo se informa, já existem pelo menos três candidatos: Nilza Alves, Antônio Jorge Neto e Amir Cherulli.³⁵

Nessa década de 1980, percebem-se mudanças no Poder Legislativo da cidade de Uberlândia. O título da matéria direciona o leitor que algo de novo está acontecendo no cotidiano uberlandense: “Duas mulheres mesclam a nova Câmara de Vereadores de

³⁵ DUAS mulheres mesclam a nova Câmara de Vereadores de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 11; 12, 4 nov. 1982.

Uberlândia”. Como explícita a notícia, foram o vereadores eleitos pelo partido PSD e 11 vereadores eleitos pelo partido PMDB, totalizando 19 vereadores, sendo 17 homens e apenas duas mulheres. Essas duas mulheres passaram por uma campanha eleitoral e foram eleitas pelo povo de Uberlândia para representá-lo na Câmara Municipal. É fundamental enfatizar a participação de mulheres na vida pública de Uberlândia, cidade do interior, no momento em que o país ainda convivia com o regime de ditadura militar. Nesse momento, a mulher mostra a sua força, rompendo as barreiras do preconceito.

Contudo, de junho de 1980 — quando o movimento negro chega a Uberlândia — a julho de 1984, a imprensa escrita nada reportou sobre esse movimento. Esse silêncio de quatro anos e dois meses seria quebrado com a atuação da vereadora Olga Helena, representante do movimento negro na Câmara de Uberlândia. Ela assumiu seu cargo no Legislativo em janeiro de 1983, um ano e meio antes da eleição da diretoria provisória do movimento negro. Isso significa que ela iniciou o trabalho de conscientização da comunidade negra paralelamente ao trabalho de vereadora num momento apropriado para se consolidarem questões relativas à comunidade negra.

O movimento negro voltou às páginas do jornal em 4 de agosto 1984, com o anúncio da composição de sua diretoria provisória. Eis o texto:

O Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta — MONUVA começa a se organizar em Uberlândia. Ismael Marques de Oliveira programou para amanhã, domingo às 14 horas, na sede social do Sindicato da Alimentação na Rua Benjamim Constant, 529, uma importante reunião, para a qual convoca a quem possa interessar, pois serão discutidos assuntos pertinentes ao Movimento além de eleição de sua Diretoria Provisória. O Movimento Negro Uberlandense, ao contrário da imaginação de muitas pessoas, não é discriminação, pois seus objetivos principais se relacionam com a conscientização, deveres e direitos.³⁶

³⁶ MONUVA promove reunião para eleger sua diretoria provisória. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 11, 4 ago. 1984.

É interessante perceber que, de acordo com a matéria do jornal, é um momento de organização política dentro do movimento negro; a eleição da diretoria provisória, a convocação para discutir os assuntos de interesses da categoria — a conscientização para os deveres e direitos dos integrantes.

A edição de 15 de maio de 1985 do *Correio de Uberlândia* informou sobre a participação da vereadora Olga Helena na abertura da Assembleia Nacional Constituinte em Uberaba (MG) como representante do movimento negro de Uberlândia. O jornal enfatizou a presença de numerosas autoridades políticas e do então ministro Fernando Lira. A notícia destaca, no discurso da vereadora, o compromisso dela com os ideais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do país e a honra de representar o MONUVA na assembleia. Ainda sobre o discurso da vereadora, o jornal relatou que ela se referiu à necessidade de os negros reagirem e buscarem seus ideais, conquistarem seu espaço e sua liberdade — direitos que têm como cidadãos brasileiros; que o momento — a abertura da assembleia — era oportuno; enfim, que a professora, vereadora e representante do movimento negro foi aplaudida.

A vereadora Olga Helena da Costa esteve na última segunda-feira no lançamento da Assembléia Nacional Constituinte que contou com a presença de inúmeras autoridades, inclusive do Ministro Fernando Lira, da Justiça. Na oportunidade, ela disse “é oportuna e necessária a presença afirmativa do Movimento Negro Unificado, ao qual muito me honra pertencer como professora vereadora, mas sobretudo como brasileira, comprometida com os ideais do PMDB e de toda Nação.” Bastante aplaudida pelos presentes, a vereadora Olga Helena da Costa prosseguiu dizendo: “É preciso que o negro conquiste este espaço que é seu também como brasileiro, como inteligente e preparado, tão digno de respeito como qualquer outro. A Assembléia Nacional Constituinte está aí, e os negros devem buscar seu lugar nela, elegendo-se para defender seus interesses que são comuns a todos os brasileiros, isto é, que sua liberdade e seus postulados não fiquem somente no papel fato de uma Carta Magna mas sejam efetivamente realizados e aceitos.”³⁷

³⁷ OLGA Helena representou Movimento Negro em Uberaba. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 2, 15 maio 1985.

É perceptível que, por onde passava a vereadora Olga Helena, seu lema como mulher pública era direcionar seu discurso à necessidade de as pessoas negras se afirmarem no panorama brasileiro e provocar questionamentos para propagar o debate sem deixar o assunto se esgotar ou ficar sem perspectiva de propostas. Podemos observar, através do jornal, a importância da atuação política dela como elo entre o poder público e os representantes dos movimentos sociais que estavam, naquela década, iniciando as organizações políticas e sociais no interior dos espaços sociais de Uberlândia e região. O que se vê, de acordo com a matéria do *Correio de Uberlândia*, é que as questões sociais e raciais eram ponto de pauta nas discussões da assembleia constituinte e um momento oportuno de estar debatendo tais questões. Outras questões importantes que podemos observar na matéria são o avanço com relação às forças políticas em Uberlândia e a potencialidade da mulher negra nesse contexto. Como se lê em notícia da edição de 19 de julho de 1985:

A primeira secretária Olga Helena da Costa vai representar a raça negra de Uberlândia em um congresso em Belo Horizonte. Ela embarca na noite de hoje e voltará no domingo. Na capital mineira ela participará do Primeiro Encontro Negro Nacional que terá como tema central: O Negro e a Constituinte. Olga Helena da Costa foi especialmente convidada pela Aliança das Comunidades Negras do Triângulo Mineiro. A exemplo de Uberaba onde fez importante pronunciamento Olga Helena também já preparou o discurso de grande importância para o evento. Na segunda-feira, ela dará um balanço real da reunião.³⁸

Na página 12 da edição de 19 de julho de 1985, o jornal informa que Olga Helena assumiu a presidência da Câmara de Vereadores, em substituição ao então presidente licenciado Toninho Jorge.

Hoje às duas horas da tarde, o presidente Antônio Jorge Neto entrará em um período de licença e em seu lugar estará a primeira secretária Olga Helena da Costa. Ontem à tarde ao comunicar o seu afastamento temporário da presidência Antônio Jorge Neto conversou por alguns minutos com Olga Helena da Costa. É a primeira vez que uma mulher assumirá a presidência do Legislativo e o fato se constitui também em uma homenagem à cultura negra — conforme expressão da própria Olga Helena da Costa. Antônio Jorge Neto, aproveitando o recesso, ficará por alguns dias fora do Palácio dos Leões, voltando no princípio de agosto, reassumindo as suas funções.³⁹

³⁸ OLGA Helena em Belo Horizonte. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 12, 19 jul. 1985.

³⁹ TONINHO Jorge licenciado. Olga Helena assume presidência. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 12, 19 jul. 1985.

O *Correio de Uberlândia* afirma ser a primeira vez que uma mulher chegava a tal posição no Poder Legislativo municipal. Nota-se, pela divulgação da matéria, que a cidade está se transformando e as discussões sobre a cultura negra estão se popularizando no cotidiano da sociedade uberlandense, que está tratando a questão como ela deveria/deve ser tratada: com debate e apresentando aos leitores os problemas da sociedade. Outro ponto importante que enfatiza é que é a primeira vez que uma mulher assume a presidência da Câmara dos Vereadores e por ser uma mulher negra. Como se vê, a década de 1980 representa um período de transformação no panorama político nacional, e a abertura da assembleia constituinte possibilitou provocar discussões de problemas sociais raciais tão importantes regulamentados na lei e não praticados pela sociedade.

O jornal abre espaço significativo para a trajetória e propostas de Olga Helena no Poder Legislativo local. O diário publicou, em 6 de agosto de 1985, sua fala sobre a necessidade de haver mobilização. Também informou sobre a presença maciça de pessoas negras na assembleia nacional constituinte como forma de ocupar seu espaço e promover uma integração consistente em prol de direitos assegurados por lei. Segundo o jornal, para a vereadora e representante do MONUVA, as questões raciais precisavam ser divulgadas a fim de que a sociedade ficasse ciente delas e entendesse o que propõe a assembleia relativamente a questões sociorraciais, em especial aquelas relativas à comunidade negra. A vereadora enfatiza que os negros têm de decidir-se, assumindo uma orientação que os levasse a mostrar seu espaço naquela ocasião para que a nova Constituição cumprisse, na prática e integralmente, o que está no papel. Eis o texto:

A vereadora Olga Helena da Costa, primeira secretária da Câmara Municipal de Uberlândia, pregou uma maior participação do negro na Constituinte e argumentou que a raça negra precisa estar mobilizada para ocupar os seus espaços, promover uma maior integração e ter seus direitos assegurados por lei, respeitados por todos. Representante do movimento negro uberlandense, a vereadora frisou a importância da Constituinte e disse que são necessários mais debates em torno do assunto, para que todos conheçam a questão e saibam analisar a futura Constituinte e a própria Constituição.⁴⁰

⁴⁰ OLGA prega maior presença do negro na constituinte. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 12, 6 ago. 1985.

A atuação de Olga Helena na década de 1980 mediou o diálogo do movimento negro de Uberlândia com movimentos negros de outras cidades do município e da região, estabelecendo uma via de comunicação entre os grupos. É o que deixa entrever notícia publicada pelo *Correio de Uberlândia* sobre o convite feito à vereadora para solenidade de posse do Conselho das Comunidades Negras do Triângulo Mineiro, em Ituiutaba (MG). O jornal mencionou a provável presença do então embaixador da Costa do Marfim Charles Geomis na solenidade e que Olga Helena, a exemplo do encontro de Belo Horizonte, palestraria sobre um tema ligado à raça negra. Nessa notícia, ela é identificada como vereadora e presidente em exercício da Câmara.

A vereadora e presidente em exercício da Câmara Municipal, Olga Helena da Costa, tem viagem programada para Ituiutaba no próximo dia 26, quando acontecerá solenidade de posse do Conselho das Comunidades Negras do Triângulo Mineiro. No encontro, é provável a presença do embaixador da Costa do Marfim, Charles Geomis. A exemplo do encontro de Belo Horizonte, Olga Helena da Costa foi convidada a proferir palestra abordando tema ligado à Comunidade Negra.⁴¹

A nota divulgada pelo jornal nos leva a perceber que a eleição do PMDB em Uberlândia na década de 1980⁴² mostra indícios de mudanças na relação entre poder público municipal e organizações dos movimentos sociais. Como se vê, o contato do representante da comunidade negra de Ituiutaba não é só com a vereadora Olga Helena, representante do movimento negro de Uberlândia, mas também com um grupo de vereadores na Câmara Municipal de Uberlândia. O conteúdo da matéria nos direciona que havia interesse da administração pública de Uberlândia em discutir as questões sociais voltadas às comunidades negras até que o esforço poderia contemplar a vereadora Olga Helena, porém havia uma disposição do poder público para a questão. Conforme a nota:

⁴¹ OLGA Helena em Ituiutaba. Olga prega maior presença do negro na Constituinte. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 24 jul. 1985.

⁴² CORREIO DE UBERLÂNDIA, p. 11; 12, 24 dez. 1982.

O presidente do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Ituiutaba, Gilberto Aparecido Santos, esteve recentemente na Câmara Municipal, onde foi recebido pelo presidente Antônio Jorge Neto e pelos vereadores Geraldo Rezende, Olga Helena da Costa e pelo líder do PMDB na Casa, Antônio Naves. O Representante da comunidade negra de Ituiutaba também manteve contatos com a vereadora Olga Helena da Costa, secretária da Câmara Municipal, membro do MONUVA. Gilberto Aparecido Santos informou a Olga Helena da Costa que os ituiutabanos estarão presentes em Uberlândia, por ocasião do Encontro Estadual da Raça Negra, em novembro. O representante do Movimento Negro de Ituiutaba, Gilberto Aparecido Santos, elogiou o presidente Antônio Jorge Neto pela sua proposta de abertura e pelo apoio que ele vem dando ao Monuva, Gilberto lembrou, inclusive, o período em que Olga Helena da Costa assumiu a Presidência da Câmara, sendo o primeiro negro a galgar tal cargo no Legislativo.⁴³

Como se lê, presume-se que o presidente do conselho reconheceu o trabalho político da vereadora Olga Helena na presidência da Câmara; e o seu compromisso com as questões raciais, com a mediação de seus pares vereadores também comprometidos com as mesmas questões, influenciados pelo momento histórico da política nacional de inquietação para tais problemas.

O Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta, assim como outros movimentos similares de outras cidades e localidades, surgem numa conjuntura de avanço de lutas sociais que sustenta esses movimentos e são herdeiros de numerosas outras lutas que, desde o início do século XX, sinalizam para movimentos mais organizados no período após a abolição.⁴⁴

⁴³ REPRESENTANTE de comunidade negra visitou os vereadores. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 11, 8 nov. 1985.

⁴⁴ Para situar o movimento negro em Uberlândia, vamos fazer uma análise histórica do movimento em nível nacional. No século XX, os movimentos sociais afro-brasileiros se iniciaram, a partir de 1910, com a proposta de lutar pela cidadania e evoluir para uma organização nacional. O bico desse movimento foi a organização da imprensa negra com a circulação do primeiro jornal — *O Menelick* —, em 1915, e outros jornais que permaneceram até 1963. Sob influência da ideologia da imprensa negra de São Paulo, em 16 de setembro de 1931, foi fundado um dos mais interessantes movimentos afro-brasileiros: a Frente Negra Brasileira, constituída em partido político em 1936 e dissolvida em 1937, com decretação do Estado Novo, por Getúlio Vargas. Até 1945, os movimentos negros recuaram para as formas de resistências culturais. Em 1944, Obadias do Nascimento fundou, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, onde procurava provocar a consciência do negro para combater a discriminação racial. Em 1950, os movimentos sociais negros iniciam um movimento de rearticulação. Em São Paulo, em 1954, surge a Associação Cultural do Negro. Na década de 1960, a ditadura militar silenciou os movimentos sociais inclusive os raciais. O movimento negro despontou como proposta política em um ato público em São Paulo, no dia 7 de julho de 1978, em protesto contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube Regatas do Tietê. Esse ato de protesto foi crescendo e as discussões foram se consolidando, dando origem ao Movimento Negro contra a Discriminação Racial, que constituiu um foro de debate sobre as questões raciais importante na cidade de São Paulo e levou o governo do Estado, em 1984, a criar o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra para apoiar os movimentos sociais afro-brasileiros e indicar um representante dos negros para compor a Comissão Arinos, que criminalizou a discriminação racial na Constituição brasileira de 1988.

Em meados da década de 1980, o *Correio de Uberlândia* noticiou uma reunião entre vereadora e representante do MONUVA, representantes do movimento negro e o então prefeito de Uberlândia Zaire Rezende para, juntos, discutirem questões sociais relativas às necessidades da comunidade negra. Como resultado da reunião, o prefeito assegurou a doação de um terreno e a construção de uma sede para abrigar o movimento.⁴⁵ Se a notícia mostra que a direção do movimento negro tinha acesso direto ao prefeito — oportunidade de falar com ele sem precisar marcar audiência ou de um intermediário —, também mostra a importância da mobilização para a consolidação do movimento na cidade e sua participação nas discussões relativas à questão dos negros. Como se destacou anteriormente, o jornal indica que a eleição e atuação da vereadora Olga Helena, vereadora eleita pelo partido PMDB, mesmo partido do prefeito de então, significou um canal importante para que o movimento ganhasse visibilidade pública e força institucional.

As notícias apresentadas até aqui mostram uma presença relevante da vereadora Olga Helena nas páginas do *Correio de Uberlândia*, o que supõe seu interesse em acompanhar a trajetória dela. Essa suposição é reiterada pela notícia sobre a presença da vereadora no tombamento oficial da serra da Barriga, em Maceió (AL), como patrimônio da humanidade, em rememoração ao Quilombo dos Palmares, assim como a participação em encontro estadual na capital de Minas e no 6º Encontro Mineiro dos Vereadores, também em Belo Horizonte.⁴⁶ Tal interesse em divulgar a trajetória da vereadora na gestão municipal do prefeito Zaire Rezende se explica, ainda, por causa de seu concorrente, o jornal *Primeira hora*, fundado em outubro de 1982 para publicar, sobretudo, ações e feitos do prefeito. É o que sugere a pesquisa *Trajетória da vida e obra de Pena Branca e Xavantinho*, de Marcos Vinícius de Freitas Reis:

⁴⁵ OLGA participará de encontro nacional sobre a raça negra. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 10, 27 jun. 1985.

⁴⁶ VEREADORA Olga Helena está de volta a Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, p. 11, 27 nov. 1985.

O *Primeira Hora*, o qual possui pretensões de reconhecimento nacional em contraposição ao provincianismo dos demais existentes. Tal veículo de comunicação, portador oficial da democracia participativa, de Zaire Rezende, objetiva uma interlocução até então desconhecida que divulgasse à população os feitos desta gestão.⁴⁷

Outra ação importante do movimento, também em meados da década de 1980, foi o Congresso da Comunidade Negra articulado pela vereadora representante do MONUVA em conjunto com os vereadores Sebastião Amir Cherulli, Eurípedes Barsanulfo de Barros, Eurípedes dos Santos, Evandre José Braga, Geraldo Rezende, José Antônio Souza e Nilza Alves de Oliveira. Esse evento trouxe a Uberlândia a visita do compositor Milton Nascimento e do ator grande Otelo, este homenageado pela Câmara de Vereadores em comemoração dos 70 anos de idade. Eis o título do texto: “Grande Otelo confirma sua presença em Uberlândia”. Para justificar a importância da presença de Grande Otelo e Milton Nascimento na homenagem prestada pela Câmara, o jornal publicou o nome dos vereadores que assinaram o requerimento de autoria da vereadora. Isso mostra a importância do evento e o trabalho de um conjunto de vereadores para a realização do Congresso.

A Câmara Municipal aprovou ontem requerimento de autoria da vereadora Olga Helena da Costa e subscrito pelos vereadores Sebastião Eurípedes dos Santos, Almir Cherulli, Evandre José Braga, Nilza Alves de Oliveira, Eurípedes Barsanulfo de Barros, Geraldo Rezende e José Antônio Souza pedindo a realização de uma sessão especial para homenagear o compositor Milton Nascimento, por ocasião do Congresso Estadual do Negro, a se realizar em nossa cidade, nos dias 08, 09 e 10 de novembro. O compositor Milton Nascimento é pessoa muito querida de toda sociedade brasileira, especialmente da nossa cidade. Moço simples, preocupado com a solidariedade entre os homens, vem desempenhando um papel muito importante para que arraigados preconceitos em relação à classe negra desapareçam e que todos possam viver como irmãos. Na mesma data, estará presente nesta Casa, o ator Grande Otelo receberá nossas homenagens pela passagem de seus 70 anos de idade. Sugeriram os vereadores que as homenagens a Milton Nascimento e Grande Otelo possam realizadas na mesma data, quando estaremos reunindo dois grandes nomes artísticos merecedores do nosso carinho e aplausos. Ontem, Grande Otelo, confirmou à Olga Helena da Costa que estará em Uberlândia no dia 10 de novembro.⁴⁸

⁴⁷ REIS, Marcos Vinícius de Freitas. **Trajatória da vida e obra de Pena Branca e Xavantinho**. 2008. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p. 9.

⁴⁸ GRANDE Otelo confirma sua presença em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 12, 24 ago. 1985.

Como se vê, a presença de celebridades negras em Uberlândia notificada no jornal ocorre de forma articulada com os esforços de um conjunto de vereadores apoiando o trabalho da vereadora e representante do MONUVA, Olga Helena, envolvida nas questões raciais e preocupada em promover a discussão delas na cidade. O jornal ressalta as qualidades dos homenageados: Milton Nascimento é uma pessoa simples, querida na cidade, preocupada em disseminar solidariedade e banir o preconceito entre os povos. A matéria nos leva a entender que o jornal deu tanta ênfase à homenagem que Câmara faria aos artistas negros no sentido de convencer a sociedade preconceituosa uberlandense da importância da homenagem.

Nesse rastro da presença de pessoas negras e ações do movimento negro na imprensa escrita uberlandense, a divulgação do Encontro Nacional do Negro em Uberlândia na década de 1980 ilustra a mudança na representação do negro nas páginas do *Correio de Uberlândia*. O jornal destacou a programação do evento e a participação de políticos importantes, assim como dos vereadores Olga Helena da Costa e Sebastião Eurípedes dos Santos, também responsáveis pelo evento e representantes da comunidade negra no Legislativo.⁴⁹ Diz o texto:

O Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia Antônio Jorge Neto convocou os vereadores a comparecer ontem no Uberlândia Clube para prestigiarem a abertura do Iº Encontro Nacional da Raça Negra de Uberlândia, que debaterá durante três dias, nesse final de semana, o papel do negro na cultura e na Constituinte. Antônio Jorge Neto fez a convocação dos vereadores na sessão extraordinária de ontem, quinta-feira, frisando a importância desse evento para Uberlândia. Segundo ele, a Câmara Municipal de Uberlândia, como representante do povo uberlandense deve comparecer a esse evento e prestigiar o acontecimento e dar apoio integral aos seus promotores. O Encontro Nacional da Raça Negra que foi aberto ontem, sexta-feira, no Uberlândia Clube, com a posse do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Raça Negra, é promoção do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (Monuva) e reúnem representantes de comunidades negras, embaixadores de vários países e vários artistas negros.⁵⁰

⁴⁹ VEREADORES no Encontro Nacional do Negro. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, p. 5, 7 nov. 1985.

⁵⁰ ENCONTRO Nacional do Negro aberto ontem na cidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 9 nov. 1985.

Em 1985, a questão racial era assunto recorrente, de projeção nacional — ponto-chave na assembleia constituinte — e local — ponto-chave nas discussões encabeçadas pela vereadora Olga Helena, impondo o tema na pauta do jornal e da discussão pública sobre a questão.

Ao confirmar a presença do então ministro da Cultura Aluísio Pimenta, dia 9 de novembro de 1985, para assistir ao desfile dos ternos e Congado, bem como a missa solene na Igreja do Rosário, o jornal deixa entrever a incorporação em positivo das questões das culturas negras nos jogos políticos de então. A presença de um ministro era/é ocasião histórica para Uberlândia — onde era proibida a circulação de negros em certos espaços na década de 1950. O Congado anula tal proibição, pois — segundo a historiadora Larissa Oliveira Gabarra — é uma manifestação cultural e popular, expressa de modos diferentes e em diversas cidades brasileiras, que toma a região central de Uberlândia; nela, avolumam-se raízes africanas e homenagens aos santos dos negros.⁵¹ Logo, a presença de um ministro da Cultura lhe dá mais credibilidade como manifestação legítima — legitimidade reiterada pela imprensa. Assim, é plausível supor que as narrativas que o jornal constrói e veicula em suas páginas acompanham as mudanças na sociedade. As notícias e os editoriais assim difundidos reiteram a credibilidade do jornal entre os leitores e asseguram seu sucesso financeiro.⁵²

Ainda sobre a realização do Encontro Nacional do Negro, a edição de 9 de novembro de 1985 do *Correio de Uberlândia* relatou que os vereadores foram convocados, pelo

⁵¹ GABARRA, Larissa Oliveira. O Congado e a cidade de Uberlândia. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008. Segundo Gabarra, “O Congado é uma manifestação cultural popular de expressões diferenciadas que existe em muitas cidades do Brasil. Atualmente em Uberlândia/MG, quando de longe, é um conjunto de 2.000 a 3.000 pessoas divididas em grupos de diferentes cores e ritmos que rezam para os santos negros na porta da Igreja. A congada é a festa para a virgem mão branca dos pretos, Nossa Senhora do Rosário, e para o santo preto, São Benedito” (p. 439–40).

⁵² A historiadora Carmen Lucia de Oliveira afirma que em 1956 houve um concurso para eleger a miss negra em Uberlândia, mas a imprensa local não se interessou em divulgar o evento nem sua organização, tampouco o resultado: “Houve um concurso de Miss Negra que simplesmente, não ganhou destaque nas páginas do *Jornal Correio de Uberlândia*. O jornal não acompanhou o processo de eleição da Miss Negra, não divulgou o resultado nem mostrou as fotos das candidatas. A omissão caracteriza uma hierarquia de valores, os quais excluem a condição negra” — cf. OLIVEIRA, 2006, p. 50.

presidente do Legislativo, a comparecerem no evento. A posse do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Raça Negra foi realizada no Uberlândia Clube e tem uma importância simbólica para o movimento e a cidade, pois a história do clube revela um estabelecimento excludente no qual a presença de negros era bastante incomum. Segundo o historiador Júlio César de Oliveira, a rua Santos Dumont, onde fica o Uberlândia Clube, era reservada à elite uberlandense; pobres e negros entravam nesse espaço como prestadores de serviços.⁵³ Como os participantes desse encontro nacional supunham maioria de pessoas negras, elas ocuparam um espaço cuja entrada, 50 anos atrás, não lhes era permitida; era inadmissível a ocupação desse espaço pela parcela negra da sociedade.

Ainda com enfoque na população negra, outro assunto importante noticiado pelo *Correio de Uberlândia* foi a criação, na região de Uberlândia, do Conselho da Comunidade Negra, cuja proposta era promover estudos sobre essa população. Eis o texto, publicado na edição de 7 de dezembro de 1985:

Com a finalidade de desenvolver estudos relativos à condição da população negra no município e propor medidas que visem à defesa de seus direitos foi criado em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra Instituído por decreto do prefeito Zaire Rezende, em 8 de novembro passado, compete ainda ao Conselho lutar pela eliminação das discriminações que atingem o negro, buscando sua integração à vida social, econômica, política, administrativa e cultural. Na última sexta-feira (8), durante a abertura do Encontro Nacional da Raça Negra, promovido pelo Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (MONUVA), o prefeito Zaire Rezende empossou os membros do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Na ocasião o presidente do CMPDCN, Isaias Alves Ferreira, condenou o regime do “apartheid”, existente na África do Sul e lembrou o compromisso que a raça negra tem na consolidação de uma sociedade democrática.⁵⁴

⁵³ OLIVEIRA, Júlio César de. **Último trago, a última estrofe**: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 72.

⁵⁴ CRIADO na região o Conselho da Comunidade Negra. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 5, 7 nov. 1985.

Como se depreende do texto, o objetivo do conselho era defender e garantir direitos, combater a discriminação e investir na integração social, econômica, política e administrativa. Quanto ao município, este não só reconhece a comunidade negra; também propõe ações favoráveis a ela. E ainda: se a notícia mencionava combate à discriminação racial, então o jornal admitia a existência desta. Segundo informa o diário, o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CMPDCN) no Triângulo Mineiro foi criado em 8 de novembro, dia da abertura do Encontro Nacional da Raça Negra promovido pelo MONUVA e pelo prefeito Zaire Rezende, que empossou o referido conselho; e mais: tão logo fora empossado Isaias Alves Ferreira como presidente do conselho, ele enfatizou o compromisso da raça negra com a democracia e sua rejeição ao *apartheid*.⁵⁵ Quando o *Correio de Uberlândia* se refere ao *apartheid*⁵⁶ na fala de Isaias, remete à Uberlândia das décadas de 1940, 1950 e 1950: quando negros e brancos caminhavam em lados opostos nas avenidas, quando brancos não frequentavam clubes de negros nem estes entravam no cinema daqueles, quando bares que serviam brancos não recebiam negros: “Concomitantemente à segregação racial, observar-se-á no cotidiano de Uberlândia, assim como de outras cidades da região, uma discriminação social presente nas ruas, bares e clubes”.⁵⁷

Enfim, em 1987, o *Correio de Uberlândia* reconhecia literalmente a projeção de Olga Helena como representante da comunidade negra no Legislativo municipal e representante do MONUVA, que também se projetou institucionalmente, pois foi legitimado e apoiado pelo

⁵⁵ CORREIO DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, p. 5, 7 nov. 1985.

⁵⁶ *Apartheid* (vida separada) é uma palavra de origem africana adotada legalmente em 1948 na África do Sul para designar um regime segundo o qual os brancos detinham o poder e os povos restantes eram obrigados a viver separadamente dos brancos, de acordo com regras que os impediam de ser verdadeiros cidadãos. Não brancos eram excluídos do governo nacional e não podiam votar exceto em eleições para instituições segregadas que tinham qualquer poder. Aos negros eram proibidos diversos empregos, sendo também vetado empregar brancos. Não brancos não podiam manter negócios ou práticas profissionais em qualquer área designada só para brancos. Cada metrópole significativa e praticamente todas as áreas comerciais estavam dentro dessas áreas. Os negros, contingente de 70% da população, foram excluídos de tudo menos a uma pequena proporção do país, a não ser que eles tivessem um passe que era impossível para a maioria conseguir. Este regime foi abolido por Frederik de Klerk em 1990, e 1994 eleições livres foram realizadas. Cf.: WIKIPEDIA. **Apartheid**. Disponível em: <<http://wikipedia.org/wiki/Apartheid>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

⁵⁷ OLIVEIRA, 2000, p. 71.

município. Como respaldo ao trabalho da vereadora e do movimento negro, havia um governo municipal democrático cuja construção se apoiava na democracia participativa, para que as comunidades manifestassem suas necessidades básicas. É isso o que sugere notícia publicada na edição de 22 de dezembro de 1987:

Em Uberlândia, com a Administração Zaire Rezende, o negro está conquistando o espaço pelo qual vem lutando há décadas. A afirmação é de lideranças do MONUVA — Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta — que estiveram reunidos ontem, segunda-feira, com o prefeito Zaire Rezende, no Gabinete da Prefeitura, para estudar o projeto de construção da Casa do Negro e entregar o projeto das programações do Centenário da Abolição da Escravatura em 88. A Casa do Negro será construída no terreno doado ao MONUVA em 1985 pela Prefeitura Municipal, e em sua planta consta de áreas para creche, biblioteca, ambulatório, esporte e lazer.⁵⁸

Nesse sentido, podemos perceber mudanças nos modos de vida da sociedade uberlandense, nas imagens públicas dos negros e nas atitudes sociais frente às questões do preconceito e da discriminação. É clara a linguagem abrangente e convincente de um jornal historicamente comprometido com a ideologia burguesa ao noticiar, com frequência, assuntos voltados a temáticas relativas à comunidade negra em Uberlândia. Entre a década de 1950 — quando era proibida a circulação de pessoas negras em espaços da cidade reservados às pessoas brancas — e as décadas de 1980 e 1990 — recorte metodológico desta pesquisa —, houve um movimento de mudança na representação das pessoas negras na imprensa escrita de Uberlândia. Esse movimento parte de uma notícia em que o redator chama de crioula uma empregada doméstica negra acusada de roubo, passa por notícias que apontam a criminalização do preconceito e da discriminação contra pessoas negras e culmina em notícias que veiculam a presença de uma mulher negra na Câmara de Vereadores de Uberlândia cuja ação como representante política da comunidade negra ajuda a consolidar o movimento negro na cidade — consolidação patente na presença de pessoas negras em espaços públicos da cidade onde, outrora, não puderam estar e na Câmara Municipal, onde apresentam projetos e

⁵⁸ MONUVA apresenta projetos a Zaire Rezende. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 9, 22 dez. 1987.

reivindicações, buscando ocupar, de fato, espaços sociais. E é nesses espaços representados pelo *Correio de Uberlândia* nas décadas de 1980 e 1990 que procuro identificar e dialogar com nove mulheres negras empregadas domésticas a fim de perceber, na história delas, os lugares por onde viveram/vivem. A luta delas pela sobrevivência, a preocupação com a educação dos filhos e o reconhecimento de ser ou não negra ocupando espaços na cidade e na região de Uberlândia.

Capítulo 2

HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES NEGRAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM UBERLÂNDIA (MG)

Neste capítulo, busco abordar a trajetória de vida e as experiências de mulheres negras empregadas domésticas na cidade de Uberlândia nesse período de transformação das relações étnico-raciais. No desenvolvimento da pesquisa, percebemos que as diversas mulheres entrevistadas, cada uma com sua especificidade, contam sua história de vida de forma diferente, buscando os lugares por onde passaram, as residências diversas, os espaços onde trabalharam. Entretanto, cada mulher vivenciou sua experiência de modo único e em tempos diferentes, proporcionando um diálogo rico em momentos opostos, mas com histórias tão parecidas e marcadas por esse tempo. Saliente-se que, no relato de várias entrevistadas, em meio a suas experiências em busca de condições e perspectivas melhores de vida, a escolarização assumiu importância central, por isso será abordada aqui.⁵⁹ Muitas vezes, é por meio de sua trajetória escolar que as depoentes organizam os relatos de sua história de vida, lugares onde moraram/moram, dificuldades, decepções, conquistas e o que esperam do futuro. Assim, construo uma discussão entrelaçada pelos relatos sobre a trajetória de vida e a escolarização dessas mulheres.

Experiências que parecem comuns a quase todas elas são a migração e o deslocamento das famílias de cidades menores ou de zonas rurais para Uberlândia, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. A trajetória da família de Maria Abadia é exemplar nesse sentido, quando relata caminhos que marcaram sua infância, adolescência e vida adulta. Até os 6 anos

⁵⁹ No relato sobre escolarização, priorizo três informantes: Maria Abadia de Oliveira, Marta Helena Costa Souza e Rosemeire Aparecida Pimentel, abordando como contam suas histórias.

de idade, morava em Cachoeira Dourada.⁶⁰ Vivia feliz com os pais e tinha uma vida normal, como qualquer criança na sua idade numa cidade pequena interiorana:

Bem... Até os 6 anos de idade, eu tive uma infância feliz. Tive vários coleguinhas, brinquei... morava em uma cidade do interior, Cachoeira Dourada. Tem um rio que corta a cidade, eu brincava à margem do rio; subia em pés de frutas, essas coisas de crianças normalmente. Foi, até os 6 anos de idade, uma infância feliz com meu pai, com minha mãe, aquela inocência de que eu não detectava problema nenhum. Eu tive uma infância feliz até os 6 anos de idade.⁶¹

A entrevistada relata que, quando ela tinha 6 anos de idade, sua mãe se separou de seu pai e se mudou de Cachoeira Dourada,⁶² em busca de trabalho. O destino seria a cidade de São Paulo; como o dinheiro acabou, ficaram em Uberaba (MG). Diz ela:

A partir dos 6 anos de idade, que foi a época que a minha mãe deixou meu pai, nós fomos para Uberaba, ela foi procurar trabalho. Saímos fugidas de casa e do meu pai. Enquanto ele foi trabalhar, minha mãe arrumou a casa e as malas, e nós saímos e fomos para Uberaba. O destino era São Paulo, como o dinheiro dela era curto, acabou que ficamos em Uberaba.⁶³

Assim como Maria Abadia, a entrevistada Rosemeire também não é de Uberlândia — veio de Tupaciguara,⁶⁴ com 4 anos de idade, acompanhando pais e irmãos. Nas cidades vizinhas, Uberlândia é tida como lugar próspero e moderno,⁶⁵ por isso muitas famílias migram para essa cidade, buscando recomeçar a vida em condições socioeconômicas mais favoráveis. Segundo Valéria Maria, desde o início em que foi constituída como cidade, Uberlândia tem uma história característica que foi oficializada através da ordem e do progresso e da modernização, por interesse das elites políticas e econômicas que trabalharam

⁶⁰ Cidade do Triângulo Mineiro próxima à divisa de Minas com Goiás; fica a 185 quilômetros de Uberlândia.

⁶¹ OLIVEIRA, Maria Abadia. Uberlândia (MG), 6 de setembro de 2007a. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

⁶² Cidade do Triângulo Mineiro próxima à divisa de Minas com São Paulo; fica a 70 quilômetros de Uberlândia.

⁶³ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

⁶⁴ Cidade do Triângulo Mineiro distante 69,8 quilômetros de Uberlândia.

⁶⁵ BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008, p. 13.

para difundir esse pensamento.⁶⁶ O que possibilitou o crescimento populacional da cidade e também a melhoria do transporte de mercadorias e passageiros entre as regiões foi a construção da estrada de ferro, que arrastou a cidade para o lado norte, influenciando no aumento da população.⁶⁷ Para Sandra Mara Dantas, argumentos fundamentais para o crescimento de Uberlândia são sua localização geográfica, que permite o acesso a diversas regiões, as redes de comunicações, consideradas pioneiras no país, a capacidade de armazenamentos de grãos, um distrito industrial com empresas de renome nacional e instituições de ensino superior,⁶⁸ que atraem um grande número de migrantes à cidade.

Uma vez em Uberlândia, o pai de Rosemeire, que era trabalhador rural, foi trabalhar como carregador braçal. Quando ela tinha quase 6 anos de idade, ele abandonou a esposa e os filhos.

Eu sou de Tupaciguara, eu vim pra cá com os meus pais, eu tinha uns quatro anos. Aí, vim pra cá, nós não tinha nada. Era minha mãe, meu pai, e nós era quatro irmãos. Meu pai, como diz o outro, mexia com lavoura, tratoreiro. Aí, não sei o que deu nele, veio pra cá, pra Uberlândia, trabalhando de “chapa” [carregador braçal]; trabalhando de “chapa” muitos anos. Eu tinha uns 6... acho que eu tinha uns 6 anos, aí ele resolveu. Um dia, nós deitamos pra dormir, no outro dia ele tinha sumido, tinha ido embora. E tem 35 anos isso.⁶⁹

A família de Rosemeire saiu de Tupaciguara, uma cidade pequena, para Uberlândia, um lugar com características de cidade grande que oferecia/oferece mais oportunidade de emprego. Era/é comum as famílias das cidades menores da região migrarem para Uberlândia em busca de oportunidades de trabalho.

⁶⁶ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcanti. Progresso e modernidade na “Cidade Jardim”. In: BRITO; WARPECHOWSKI, 2008, p. 111.

⁶⁷ Pesquisa realizada no site <<http://achetudoeregiao.com.br/MG/uberlandia/historia.htm>>.

⁶⁸ DANTAS. Sandra Mara. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção da cidade jardim (1990–1950). In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008, p. 19.

⁶⁹ PIMENTEL, Rosemeire Aparecida. Uberlândia (MG), 22 jan. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

Marta nasceu em Usina Ribeiro, zona rural do município de Uberlândia, onde morou até os 11 anos de idade. Depois se mudou para a cidade com a família. Diz que onde morava não havia escola, por isso não começou a estudar mais cedo — ela informa que começou a estudar com 11 anos de idade.

Nasci na Usina Ribeiro, lá nasci! Nasci e nós viemos mudar pra cá, pra cidade; eu já tinha meus 11 anos. E lá não tinha escola nem nada. Aí, com 11 anos é que eu fui estudar. Talvez, assim, se eu tivesse entrado para escola mais cedo, talvez eu tinha dado mais valor, e hoje, né?, eu tinha estudo. Eu tinha estudo, né? Que completasse, né? Estudo completo.⁷⁰

Outra experiência comum à história dessas mulheres é a de trabalhar desde muito novas, sendo que o emprego doméstico aparece quase como opção natural.

Ao ser entrevistada, Denise de Fátima relatou que não havia muito a falar sobre sua infância, mas esclareceu que fazia parte de uma família de seis irmãos e que todos começaram a trabalhar muito cedo, por isso não tiveram tempo para viver a infância. Como descreve: “Ah! A minha infância não tem muito o que falar, não! Eu comecei a trabalhar muito cedo, não foi fácil a minha infância, porque nós éramos seis filhos; aí, nós todos começaram a trabalhar cedo. Eu com 12 anos já era babá. Depois, daí até agora, eu sempre trabalhei”.⁷¹ Continuando a entrevista, Denise lamenta o fato de não ter podido estudar por ter começado a trabalhar muito cedo para ajudar a sua família e que, na ocasião, não foi possível conciliar as duas atividades, trabalhar e estudar. Segundo Denise, hoje ela tem vontade de voltar para a escola, porém o cansaço do dia a dia a impede de fazer isso. Como ele relata: “Ah! Acho que eu não estudei! Eu parei na quinta [série] porque não dava para estudar e trabalhar. Eu parei

⁷⁰ SOUZA, Marta Helena Costa. Uberlândia (MG), 24 jan. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

⁷¹ ZEFERINO, Denise de Fátima. Uberlândia (MG), 5 set. 2007. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

na quinta. Hoje eu tenho vontade de estudar, mas a canseira também não deixa, eu não vou. Mais que tenho vontade de estudar, eu tenho”.⁷²

Já Rosemeire relata que começou a trabalhar com 10 anos de idade e que, nessa época, o trabalho doméstico era uma escravidão. Rosemeire recorda como era a organização do trabalho doméstico no interior da residência: a empregada não tinha horário para sair do trabalho, a casa era de difícil arrumação porque o piso era de “vermelhão”, ela encerava a casa com cera em pasta e lustrava com escovão.⁷³ As patroas exigiam dela que areasse as panelas toda semana, mesmo se estivessem limpas, trabalho que exigia mais tempo da doméstica no domicílio. Como descreve:

No início, aquilo lá era uma escravidão, né? Que não era assim, trabalhar, né? Você ficava assim, o dia inteirinho na casa, a gente muito nova ficava o dia todo na casa, era casa de encerar com cera de pasta, passar escovão, e olha lá! Entrava, vamos supor, às 7 horas [da manhã], saía às 7 horas da noite, né? A gente era muito nova, não tinha experiência e vivia aquela vida. Aí, como diz o outro, naquela época, era tratado como ninguém, um cachorro lá, né? Era mais difícil as casas, eram mais difíceis, as patroas exigiam mais, né? Que era panelas para arear. Que aquilo ali, você tinha que tirar tudo do armário e arear⁷⁴ uma vez na semana, mesmo se estivesse limpinho, você tinha que arear. A casa, que era casa toda de vermelhão na época, você tinha que lavar aquilo tudo, encerrar aquilo tudo e dar lustro de escovão, né? Então era muito tempo.⁷⁵

Maria Abadia começou a trabalhar no serviço doméstico com 14 anos de idade, um pouco mais velha que Rosângela e Denise. A depoente recorda que, na residência em que trabalhava, moravam 14 pessoas, para quem ela passava, lavava, organizava a casa e cozinhava. Maria Abadia recorda que, por causa de sua estatura infantil, para colocar o arroz lavado dentro da panela ela precisava subir em um caixote para alcançar o fogão e que o serviço era pesado. Assim relata:

⁷² ZEFERINO, 2007, s. p.

⁷³ Escova grande e provida de cabo longo para encerar assoalho — ver DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 690.

⁷⁴ Limpar, polir, esfregando com areia, ou outra substância saponácea — cf. DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1986, p. 160.

⁷⁵ PIMENTEL, 2007, s. p.

[...] quando eu fiz 14 anos, eu arrumei o meu primeiro trabalho, que foi em uma casa de família. Eu arrumava, passava, lavava, cozinhava para 14 pessoas. Para colocar o arroz na panela, eu tinha de subir em um caixote, esses de feira, para conseguir chegar à bacia com o arroz lavado e puxar com uma colher para dentro da panela. Então foi aquele trabalho pesado...⁷⁶

As entrevistas de Maria Abadia, Rosemeire e Denise indicam experiências concretas de uma trajetória histórica que liga a infância de meninas pobres no Brasil ao trabalho doméstico. Segundo Roldão Arruda, em um texto sob o título sugestivo de “A difícil vida de pequenas domésticas”, existe no Brasil cerca de 400 mil meninas com idade entre 10 e 16 anos trabalhando como empregadas domésticas para aumentar a renda das famílias pobres. Segundo o autor, essas meninas possuem baixa escolaridade, na maior parte trabalham sem registro em carteira, recebem baixos salários ou, às vezes, nem mesmo são remuneradas. Descreve o autor:

No Brasil existem cerca de 400 mil meninas, entre 10 e 16 anos, trabalhando na casa dos outros. São empregadas domésticas. Elas provêm de famílias muito pobres, são, sobretudo negras e pardas e tem um grau de escolaridade menor que outras meninas da mesma idade. Trabalham na maior parte das vezes sem carteira assinada, como carga horária altíssima, em troca de uma remuneração baixíssima. Muitas nem têm salário.⁷⁷

A historiadora Jorgetânia Ferreira, em sua pesquisa de mestrado *Memória e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia — 1970/1990*, comenta que o trabalho doméstico, para a maioria das meninas pobres no Brasil, significa possibilidade de melhoria de condições de vida para elas e suas famílias.⁷⁸ Segundo essa autora, histórias

⁷⁶ OLIVEIRA, Alessandra Maria de. Uberlândia (MG), 5 set. 2007b. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

⁷⁷ ARRUDA. Roldão. **A difícil vida das pequenas domésticas**. A patroa e sua empregada. Disponível em: <<http://www.apatroaesuaempregada.com.br/Textos/pequenas.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2005.

⁷⁸ A lei federal 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo decreto 71.885, de 9 de março de 1973, trata do emprego doméstico como profissão, conceituando-lhe e atribuindo-lhe diretos.⁷⁸ Para Santos, doméstico é tudo aquilo inerente à casa ou ao lar. “Empregado doméstico, por consequência é aquele que presta os serviços, ou parte deles, necessários ao funcionamento de uma casa, de um lar. Em termos sociais, este trabalho amplia o sentido para abranger todo e qualquer serviço prestado a outrem, de natureza pessoal, que normalmente é prestado no âmbito do lar. Assim por exemplo, preparo de comida, lavagem de roupa, arreamento de um cavalo, desde que exista entre mandante e mandado uma relação pessoal.” SANTOS, Ely Souto dos. **As domésticas**: um estudo interdisciplinar da realidade social, política, econômica e jurídica. Porto Alegre: ed. da Universidade Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul, 1983, p. 32.

foram lembradas e relatadas, associando-se a questão do trabalho na infância à própria sobrevivência de maneira diferente pelas mulheres por ela entrevistadas. Como descreve:

O trabalho doméstico significa [muito] para muitas meninas de famílias pobres no Brasil, ele é uma possibilidade de melhoria em suas condições de vida e nas de suas famílias. Com histórias diferentes, esse é um elemento comum na trajetória das trabalhadoras que entrevistei. Elas rememoram de forma diferenciada o seu ingresso no trabalho fora de casa, mas sempre bastante associado à sobrevivência.⁷⁹

Com base em dados nacionais, a autora também indica que o serviço doméstico remunerado ainda é a ocupação de quase 20% da população feminina economicamente ativa.

Como comenta Hildete Melo:

Do ponto de vista da ocupação feminina, “o serviço doméstico remunerado ainda é a ocupação principal das brasileiras, ocupando quase 20% da População Economicamente Ativa feminina. São 4.782.016 mulheres e 350.000 homens, de acordo com os dados do IBGE de 1994 (PNAD).⁸⁰

É importante apontar, na indicação do primeiro autor, a relação entre ser negra ou parda e o emprego doméstico. Segundo estudos, em Uberlândia, no decorrer de grande parte do século XX, a discriminação contra a população negra levou a constituição de espaços e funções no mercado de trabalho destinados a homens e mulheres negros; assim indica a dissertação de mestrado do historiador Luiz do Carmo — *“Função de preto”: trabalho e Cultura de trabalhadores negros em Uberlândia: 1945–1960* —, quando discute as formas de inserção do trabalhador negro nas “funções de preto” na história de Uberlândia.⁸¹

As histórias dessas mulheres também indicam uma história familiar na qual as mulheres assumem as maiores responsabilidades da família. A história da ausência do pai de Rosemeire e do pai de Maria Abadia não é diferente da história de outras crianças brasileiras. As falas das depoentes indicam a luta de mulheres mães e o enfrentamento de muitas dificuldades para cuidar

⁷⁹ FERREIRA, 2000, p. 49.

⁸⁰ Cf. MELO, H. P. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998, texto de discussão n. 565 apud FERREIRA, 2000, p. 1.

⁸¹ CARMO, 2000.

e criar os filhos. Nessa direção, fica evidente a importância da mulher na luta pela sobrevivência para cuidar da casa como provedora e mantenedora da família.

Várias entrevistadas, também, fazem uma avaliação das transformações do trabalho doméstico nesse período. Do ponto de vista de Denise, o trabalho doméstico de agora é melhor do que o exercido tempos atrás, haja vista a prática dos empregadores atuais de registrar na carteira de trabalho (CTPS), além de ser hoje a profissão mais independente. Mesmo avaliando que as domésticas têm ainda de ter mais direitos, avalia que a coisa mudou porque, antigamente, as domésticas trabalhavam mais que as domésticas nos dias de hoje.

Eu acho que o de agora é melhor, né? [...] Porque a gente tem carteira assinada [pausa]. É mais independente [silêncio]. Naquele tempo, não tinha, né? [...] Trabalhava, trabalhava. E doméstica também é bom; mais as domésticas tinham que ter mais direito, porque a doméstica trabalha igual a qualquer um e não tem direito.⁸²

Denise, que, no momento da entrevista, estava com 42 anos de idade, começou a trabalhar com 12 anos. Assim, o “naquele tempo” a que ela se refere seria há 30 anos. Se analisarmos o tempo quando Denise começou a trabalhar, a lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, já estava em vigor e concedia, a empregadas e empregados domésticos, direitos como Previdência Social, carteira profissional e férias de 20 dias. Mesmo assim, a CLT os excluía dos demais direitos trabalhistas sem apontar a *obrigatoriedade* do pagamento do salário mínimo. Oliveira aponta que:

As empregadas domésticas não têm os mesmos direitos dos outros trabalhadores e os poucos direitos que lhes são assegurados pela lei 5.859, na prática, são negados à grande maioria. Até 1972 as empregadas domésticas não tinham nenhum amparo da lei. Através da luta de suas Associações foram conseguindo alguns direitos: previdência social, carteira profissional e férias de 20 dias. No entanto, a CLT continua a excluir as empregadas domésticas dos demais direitos trabalhistas, não determinando a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo nem limitando o número de horas de trabalho.⁸³

⁸² ZEFERINO, 2007, s. p.

⁸³ OLIVEIRA, R. D.; BARSTED, L. L. **A empregada doméstica**. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília: IDAC, 1986, p. 16–17, coleção “Os direitos da mulher”, n. 2.

Sem que a CLT instituísse obrigatoriedade relativa aos direitos trabalhistas de empregadas e empregados domésticos, 30 anos atrás a maioria dos patrões não se sentia obrigada a registrar a carteira profissional nem impor limites à carga horária de trabalho do/a empregado/a doméstico/a. Isso ficou entendido na fala de Denise: “[...] trabalhava! trabalhava!”. Assim, podemos observar no relato da Denise marcas de mudanças em relação ao trabalho doméstico. Essas mudanças são registradas na Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas e são percebidas por Denise. De acordo com Ferreira:

A constituição de 1988 ampliou os direitos das trabalhadoras domésticas, assegurando: salário: salário mínimo; irredutibilidade de salário; décimo terceiro; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; férias anuais de 30 dias, acrescidas de 1/3; licença à gestante; licença maternidade; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; e aposentadoria.⁸⁴

Segundo Paula, o trabalho doméstico era, em tempos anteriores, mais árduo que o trabalho doméstico atual em razão de algumas práticas que determinavam visivelmente o limite entre patroa e empregada. Ela comenta que, antes, a cor da pele era levada em conta e determinava o lugar do empregado em relação aos patrões. Hoje, diz a entrevistada, com as mudanças em torno da profissão, melhores condições de trabalho foram possibilitadas, bem como melhorias nas relações sociais. Descreve a entrevistada:

Era mais sofrido, porque antigamente não era o que proporciona hoje; as pessoas eram mais [silêncio]; a cor julgava muito. Antigamente as pessoas de cor não podiam comer no mesmo prato, beber, tomar banho no mesmo banheiro. E agora, não! Eu penso que mudou muito. As condições são melhores, tudo está mudando. Eu acho que mudou muito de antigamente pra hoje.⁸⁵

⁸⁴ FERREIRA, 2000, p. 4.

⁸⁵ XAVIER, Paula Quellen Pereira. Uberlândia (MG), 5 set. 2007. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

Paula não deve ter vivenciado o trabalho doméstico “de antigamente”, mas talvez tenha escutado as histórias contadas pela mãe, que — segundo relatou — “toda vida foi doméstica”.⁸⁶

Maria Abadia, hoje com 55 anos, viveu sua infância no período da ditadura,⁸⁷ décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, começava a luta das mulheres pelo reconhecimento e direito de igualdade de gêneros, e essa luta se mostra no relato de Maria Abadia quando ela diz que a mãe saiu de casa para trabalhar noutra cidade às escondidas, sem que o pai soubesse. Guardadas as devidas proporções, essa disposição à luta está presente também nas trajetórias de Marta e Rosemeire. Cruzando a experiência da migração com o emprego doméstico, Maria Abadia recorda em seu relato que era comum na década de 1970 as pessoas de Minas Gerais migrarem para São Paulo à procura de emprego. Segundo a depoente, as empregadas domésticas de Minas eram bem vistas e recebidas em São Paulo por serem consideradas de confiança e competentes na profissão. Naquele momento, a melhor oportunidade para ela seria trabalhar em São Paulo, onde eram pagos salários melhores:

Aí, o que acontece, aquela época, 71 ou 75, por aí, era comum as pessoas aqui [em Uberlândia] irem para São Paulo, porque empregadas domésticas vindas de Minas eram bem vistas e bem recebidas em São Paulo. Eram tidas como pessoas de confiança, pessoas asseadas que sabiam fazer o trabalho e era febre ir para São Paulo, e lá a gente ganhava bem como doméstica.⁸⁸

Ao recordar sua ida para São Paulo, Maria Abadia relata que deixou tudo e foi embora em busca do sonho de salários melhores. A entrevistada relata que nunca havia ido a Araguari sozinha, mas foi sozinha para São Paulo, sem trabalho e sem endereço fixo. Na ida, havia a perspectiva de ajudar a mãe; não havia outra opção a não ser a ajuda dela. Maria Abadia relembra com clareza os detalhes de sua chegada pela primeira vez na rodoviária de São Paulo sem nenhuma indicação de endereço naquela capital. Na entrevista, ela relata como os

⁸⁶ XAVIER, 2007, s. p.

⁸⁷ SUA PESQUISA. **Ditadura**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/ditadura>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

⁸⁸ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

migrantes que chegavam à cidade pela primeira vez à procura de emprego procediam para se situarem e encontrar trabalho.

Deixei tudo e fui embora para São Paulo. Eu nunca tinha ido até Araguari⁸⁹ sozinha e fui para São Paulo sozinha, sem saber onde ir e o que fazer; e fui com a cara e a coragem. Minha mãe, ela não tinha opção. Ela não falou fica ou nem nada, porque ela sabia que eu ia salvar a lagoa. Cheguei em São Paulo. Aí, aconteceu; cheguei em São Paulo, fiquei parada na rodoviária, olhando o que as pessoas faziam. Primeira coisa, tomava um táxi; a maioria compravam um jornal. Esse jornal era para procurar trabalho. Da rodoviária as pessoas geralmente já iam ao lugar onde estava oferecendo trabalho.⁹⁰

Maria Abadia relembra que, ao chegar a São Paulo, foi trabalhar como babá de duas crianças em uma residência de uma família muito rica. A depoente recorda que o salário que recebia para olhar as duas crianças era quatro vezes maior que o que ganhava em Uberlândia, trabalhando em um supermercado, mas que, apesar de ganhar um bom salário, teve que adiar o sonho de continuar estudando, porque residia em um bairro nobre, e as escolas ficavam distantes, não havia como estudar.

Fui trabalhar de babá, eram duas crianças, um pessoal muito rico em São Paulo. Eu ganhava quatro vezes mais o que ganhava aqui no supermercado, só para olhar duas crianças. Só que o meu sonho de estudo teve que ser deixado de lado, pra depois, eu nem sei quando. Só que eu fiquei em São Paulo quatro anos e meio trabalhando de doméstica. Doméstica estudar não tinha como, porque eu morava em um bairro muito nobre, e as escolas eram longe, não tinha como.⁹¹

O relato de vida dessas mulheres mostra que viveram em tempos distintos, mas tiveram histórias parecidas. Se Maria Abadia pertence a uma geração de mulheres mais velhas, ela já era alfabetizada quando veio de Cachoeira Dourada para Uberlândia, aos 6 anos de idade. Também migrantes, Rosemeire e Marta, com idades próximas, começaram a estudar mais tarde.

⁸⁹ Cidade localizada no Triângulo Mineiro a 26 quilômetros de Uberlândia, na BR-050.

⁹⁰ OLIVEIRA, 2007b, s. p.

⁹¹ OLIVEIRA, 2007b, s. p.

Outra entrevistada, Marta Helena diz que estudou até a sexta série do nível fundamental e atribui ao trabalho e a seu pai a falta de incentivo para que continuasse a estudar. Marta foi educada e preparada culturalmente para ter filhos, cuidar da casa e da família,⁹² não para estudar. Ao contrário de seus pais, Marta incentiva os filhos e trabalha para garantir a permanência deles na escola e, logo, um emprego melhor no futuro.

Eu fiz até a sexta série. Até a sexta série e parei. Aí, também, você não tinha aquele incentivo dos pais que nem você tem hoje, né? Hoje eu já incentivo as meninas em tudo, trabalho também para poder ajudar, né? Ah! Está faltando alguma coisa, você já corre ali e compra, né? Está faltando o passe do ônibus, você já corre e compra, porque, se deixar só por conta do esposo, já pesa muito, né? Não dá conta. Aí, hoje, eu incentivo muito elas, porque o que eu precisava era incentivo para estudar e não tive, porque os pais antigamente eram assim, mais fechados, da mente fechada, achavam que não precisava muito dos estudos, que não ia fazer falta, até mesmo para um emprego, né? Que faz falta, o estudo faz falta, para um emprego melhor, né? Até para uma vida melhor, assim, na sociedade.⁹³

As palavras de Marta deixam entrever que ela mudou o modo de pensar sobre a importância da educação escolar, em especial quando comparado com a visão de seu pai. Parece perceber a escola numa nova perspectiva de realidade. Na fala da Marta percebe-se a valorização que ela atribuiu ao ensino como forma de mudança no modo de vida na estrutura familiar. Ela, que não pôde estudar por causa das circunstâncias da vida, hoje avalia que só o estudo poderá possibilitar aos filhos mobilidade social.

Diferentemente de Marta, que atribui aos pais a falta de incentivo à continuidade dos estudos, Maria Abadia reconhece que mãe sempre lutou para que ela permanecesse na escola e tivesse um pouco de estudo, que ela não teve. Ela conta que seu pai, mesmo sendo um homem dotado de inteligência, dizia que filha mulher não precisava aprender a ler nem a escrever, o que motivou discussões e brigas conjugais antes da separação. Diz ela:

⁹² BLAY, Eva Alternam. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para mulheres. **Revista da USP**, São Paulo: ed. da USP, n. 49, mar./abr./maio 2001, p. 82–97. Disponível em: <http://www.usp.br/nemge/textos_feminismo/igualdade_oport_blay.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2009.

⁹³ SOUZA, 2008, s. p.

Isso eu devo a ela [a mãe], porque então ela pôde me manter na escola; fazia questão que eu estudasse. Eu agradeço muito isso a ela, por ter essa visão, porque ela não estudou e ela queria que, pelo menos, estudo eu tivesse. Porque o meu pai era um homem inteligente, mais ele era aquele pai antigo: filha mulher não ia para a escola; porque ir para a escola era para aprender escrever carta para namorado. E uma das coisas que faziam com que eles brigassem era isso, porque a minha mãe queria que eu estudasse e eu estudei um ano, né? Na companhia dele. Que a gente entrava na escola quase com 7 anos de idade e eu entrei um pouco antes, porque, quando nós viemos embora, já tinha um ano que eu estudava, contra a vontade do meu pai. Era um dos motivos pra eles [pai e mãe], brigavam e discutiam.⁹⁴

Além das causas histórico-culturais, outros obstáculos impedem crianças negras pobres de frequentarem a escola e se formarem. O caso de Rosemeire inclui desinteresse, pobreza e falta de estímulo para que prosseguisse em seus objetivos. Ela, porém, admite que poderia ter se esforçado, superado o cansaço e conquistado um pouco mais; lamenta não ter continuado os estudos, pois estaria formada em algum curso se tivesse ido adiante. Na fala de Rosemeire percebemos a luta da mulher pela sobrevivência desde a infância, conciliando trabalho com estudo.

Foi sempre assim: eu estudava e trabalhava, como diz o outro. Aí, quando eu peguei uma certa idade, quando eu era mais nova, estudava de manhã e trabalhava depois do almoço. Aí, depois você vai pegando uma certa idade, você já trabalha o dia todo e estuda à noite; então, quando você chega na escola... Eu já pensei em estudar há muitos anos atrás, mas eu tenho certeza que, se eu voltar para a escola, eu vou dormir a aula inteira, porque o professor vai conversando e você está cansada da lida do dia. Aí, você não aguenta. Então, como diz o outro: pouco; foi assim, porque a gente não tem muita opinião de querer estudar, a gente que é pobre, a gente nunca teve muita opinião. Com diz o outro: quando você tem opinião, você aguenta qualquer coisa, né? Eu, como diz o outro, parei e nunca mais voltei. Se eu tivesse voltado, eu já tinha formado para alguma coisa.⁹⁵

Algumas indicações ligam essas histórias de dificuldades em conciliar trabalho com escola e com a conjuntura de discriminação vivida na cidade, conforme se discutiu no primeiro capítulo. Tema difícil de ser verbalizado, a questão da experiência do preconceito e da discriminação cruza a trajetória escolar e aparece de forma bastante explícita nas lembranças de Marta.

⁹⁴ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

⁹⁵ PIMENTEL, 2008, s. p.

A minha trajetória na escola, assim, também eu sofri muito preconceito. Uma vez, nós todos lá, conversando, né? Era recreio. Aí, uma coleguinha clarinha, né? [Risos]. Assim, julgava clarinha, né? Me chamou de negra e cantou um dizer que eles tinham e têm ainda, que eles falavam: “Negra preta do sovaco fedorento, bate a bunda no cimento para ganhar mil e quinhentos”. Aí, quando eu vi, eu já tinha pegado ela pelos cabelos, nós já tínhamos dado um coro nela, lá. Fui até suspensa da escola por três dias, né? Então, precisou da minha mãe ir lá, conversar, só por causa dessas bobearias, né? De preconceito ao negro, né? Na escola. Aí, depois foi tudo bem, a gente voltou, né? Aí, é isso aí. Tem preconceito. Mais hoje em dia parece que está bem menos. Mais tem muita gente que ainda tem preconceito sim.⁹⁶

Importa indicar como, no relato de Marta, a brincadeira no recreio e a cantiga, cheia de rimas preconceituosas, a exemplo de outras existentes no cancionário escolar brasileiro, sugerem a presença de um racismo com tons muito fortes. Indica também, como sinalizou a discussão sobre a imprensa, um tempo em que a questão da luta contra a discriminação ainda não tinha se colocado abertamente em Uberlândia. Por outro lado, também é interessante apontar a percepção da depoente de que os tempos mudaram de lá para cá, pois hoje “[...] parece que tem bem menos” preconceito. Nota-se que Marta, humilhada, revidou fisicamente para impor respeito no que se refere a diminuir a dor moral. Outro ponto interessante é que, mesmo sendo suspensa das aulas por três dias pela direção da escola, ela retornou às atividades depois de cumprir a suspensão e de sua mãe ter ido à escola justificar a agressão da filha perante a diretora. Essa atitude nos leva a pensar que Marta, desde criança, teve que lutar para conquistar seu espaço. Enfrentou a dificuldade de entrar no primeiro ano de escola com 11 anos — é uma situação constrangedora para uma criança mais velha ter de frequentar uma sala de aula de alunos na faixa etária menor.

Historicamente, a educação escolar de uma criança pobre no Brasil é cheia de dificuldades; se essa criança pobre é negra, as dificuldades parecem maiores; e se for uma menina negra, as barreiras triplicam. No caso das experiências aqui analisadas, vimos que essas meninas negras assumiram responsabilidades muito cedo em suas vidas. Maria Abadia diz que,

⁹⁶ SOUZA, 2008, s. p.

aos 14 anos de idade, teve o primeiro trabalho, como empregada doméstica; as outras tiveram mais cedo ainda. Mesmo que tenham tido dificuldades em estudar e permanecer na escola, essas mulheres se preocupam com a escolarização dos filhos. Maria Abadia, por exemplo, diz que sentiu necessidade de retomar os estudos quando sua filha fez 10 anos de idade porque os conhecimentos adquiridos até a oitava série de sua época não eram mais compatíveis com a metodologia de ensino naquele momento, e isso a impossibilitava de ajudar a filha a fazer, em casa, as tarefas escolares. Maria Abadia percebeu as transformações na educação escolar: que o tempo em que ela estudou difere do tempo de estudo da filha; que o que ela aprendeu diferia e era incompatível com a metodologia de ensino da filha naquele momento.

[...] a minha filha estava com 10 anos, ela estava em uma série na escola que eu já não estava dando conta de ajudar fazer os deveres de casa, o estudo que eu tinha não estava dando. Eu já não estava mais sabendo. Ela continuou estudando, e eu aqui. Ela estava com 14, 15 [anos de idade], primeiro colegial, aí é que eu não estava dando conta mesmo de ensinar mais nada, porque eu não tinha nem terminado, tinha começado, mas não tinha terminado o segundo grau. Eu pensei: “Está ruim, eu preciso voltar para a escola pra mim ajudar a minha filha nas tarefas de casa...” Porque eu sempre fui aquela mãe que acompanhei muito as tarefas de casa, porque a minha não pôde fazer isso, eu estudava sozinha, não tinha tempo, mais [ela] também não sabia, né? Ela estudou o quê? Até o segundo ano primário e pronto. Aí eu pensei: “Vou voltar pra escola. Termino o segundo grau, porque aí eu ajudo a minha filha nas tarefas e nas pesquisas, né?”⁹⁷

Aqui se percebe a mudança de valores entre as gerações no que se refere à valorização da escolarização na construção de perspectivas de futuro.

Assim como Maria Abadia, a entrevistada Rosemeire comentou que o objetivo agora seria investir nos filhos para não enfrentarem as dificuldades que ela enfrentou. Sua filha mais velha concluiu o ensino médio, já é independente; mas ainda não conseguiu entrar numa universidade. A entrevistada afirma que seu objetivo é continuar trabalhando para ajudar a qualificação do filho de 16 anos de idade, para que ele tenha uma profissão que lhe permita

⁹⁷ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

pagar uma faculdade e ter uma formação profissional que lhe exima de ocupar cargos subalternos, como servente de pedreiro:

Eu, como diz o outro, se eu pudesse, como diz o outro, saía da escola, pagava um curso, um inglês. Mais eu não tenho condição, porque eu sou sozinha. Só dois que estuda, a menina também já terminou o terceiro, prestou vestibular também umas três vezes, não passou, está lá, parada. Mais aí, eu tenho um de 16 anos, nesse eu quero começar investir nele, porque ele já vai fazer o segundo e fazer um curso profissionalizante, né? Para ter uma profissão. Pelo menos uma profissão antes de tentar fazer uma faculdade. [É melhor] Do que ficar dependendo aí de pegar serviço de servente, né? Essas coisas assim.⁹⁸

No momento da entrevista, percebi tranquilidade, calma e serenidade em Rosemeire. Ela não mostrou nervosismo nem ansiedade. Gosta de falar — tem voz firme, forte e decidida. É mãe solteira e assume a responsabilidade de seus atos. Reitera que leva a sério os estudos dos filhos e não permite que estudem à noite nem que trabalhem.

E eu falo pra eles: “Estuda enquanto eu estou dando conta de manter isso, porque depois a hora que começa trabalhar, aí começa a reclamação que não está dando conta de trabalhar e estudar”. Então, meus meninos sempre estudaram de manhã. Nunca gostei. Esse mais velho, de 16 anos, queria estudar à noite para arrumar um serviço. Eu falei “Não, você não vai trabalhar, vai estudar primeiro, fazer um curso, aí, depois que terminar o terceiro, você vê o que você faz”. Mas eu preocupo mesmo.⁹⁹

É interessante observar, no depoimento de Rosemeire, sua força como mulher, a determinação quando se refere aos estudos dos filhos e a ousadia em mantê-los sozinha e exigir que estudem durante o dia sem se preocuparem com outras ocupações, preparando-se profissionalmente até se inserirem no mercado de trabalho. Outro ponto importante que Rosemeire sugere na entrevista é o orgulho quando se refere às habilidades do filho caçula e das investidas acadêmicas rumo ao curso superior da filha mais velha. O fato de ter tido dificuldades na infância não tirou de Rosemeire a perspectiva de lutar por uma vida melhor para seus filhos, que na sua visão inclui estudar mais que ela.

⁹⁸ PIMENTEL, 2008, s. p.

⁹⁹ PIMENTEL, 2008, s. p.

O relato dessas mulheres negras empregadas domésticas revela que algumas enfrentaram dificuldades para continuar os estudos e outras não concluíram o ensino fundamental. No caso de Maria Abadia, as dificuldades incluíram conflitos conjugais quando ela voltou a estudar, pois teve de enfrentar uma crise no casamento gerada pela resistência do marido à decisão dela de voltar a estudar. Ele não admitia que ela estudasse. Além disso, havia os empecilhos comuns a uma dona de casa, mãe de família, pobre e negra. Mas ela enfatiza que foi muito bom retomar os estudos, contar com a ajuda de colegas, professores e com o apoio de um cursinho da cidade, que ofereceu bolsa de estudo aos melhores alunos, em outubro de 1988. Ela foi um dos ganhadores, o que lhe possibilitou entrar na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Conforme relata na entrevista,

Aí, enfrentei a crise, né? No casamento... [silêncio] No caso, eu não casei, a gente só morava junto. “Ah, mulher minha não estuda, não! Ainda mais sair à noite. Mas de jeito nenhum!” Ou seja, eu tinha uma filha, já com 16, já tinha outra filha já estudando no segundo. Mas o meu marido era contra eu estudar, mas eu fui. Fiz a minha matrícula, estudei. E fiz o primeiro, o segundo, o terceiro colegial, ano por ano, nada de supletivo, nada corrido. Aí, eu já sabia, eu já podia ajudar a minha filha nas tarefas, as duas. Só que foi tão bom voltar a estudar! Eu tive tanto apoio do pessoal na escola, dos professores, dos colegas de sala. Teve um cursinho na cidade que ofereceu bolsa de estudo para os melhores alunos, eram oito bolsas para oito alunos do terceiro ano da manhã e do terceiro ano noturno. Eram oito bolsas para os dois turnos, né? Escolhem oito pessoas, né? Que merecessem essa bolsa. E fizeram um conselho lá, de professores, e falaram: “Não, a Abadia é a pessoa indicada; uma das indicadas para receber a bolsa pra fazer o cursinho”. Aí vieram e falaram pra mim: “Ó, você ganhou uma bolsa pra fazer um cursinho, é só 30 dias, é um ‘intensivão’ para você prestar vestibular”. Aí, na hora, eu assustei, eu pensei: “Gente! Mas prestar vestibular, eu? Eu não vou ter condições pra prestar vestibular. Eu voltei pra escola outro dia! Eu fiquei 24 anos fora da escola. Vestibular é muito concorrido, é só pra jovem, e eu já estou com mais de 30 anos”. “Não, mas a gente te dá essa bolsa, e você vai dar um jeito de fazer.” Isso é outubro de 1998, eu tava no último ano do terceiro colegial. Eu fui pra esse cursinho. Eu já tinha fechado todas as disciplinas no colégio onde eu estudei, porque eu estudava mesmo. E me liberaram porque eu só tinha a noite, né? Pra fazer esse cursinho, porque de dia eu tinha que ser dona de casa, não podia deixar o meu marido aqui, a casa, menino, pra poder estudar.¹⁰⁰

No momento dessa fala, percebi a emoção da entrevistada: nas mãos entrelaçadas, na fala pausada, no pigarrear, no silêncio, na lembrança da crise no casamento — a situação de

¹⁰⁰ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

escolha entre o esposo e os estudos — e no riso — mostrando alegria por ter chegado a um nível escolar tão elevado, que nem mesmo ela acreditava.

Sintomaticamente, o ano em que a entrevistada entra no cursinho pré-vestibular — 1988 — compõe os anos em que a luta contra a discriminação e de organização dos movimentos negros em Uberlândia ganha maior força. Nesse período, era comum ler nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia* notícias envolvendo discussões sobre a temática racial. A aprovação, na Câmara Municipal, de projeto de lei da vereadora Olga Helena da Costa que tipificou, como contravenção penal, o preconceito de sexo, raça e cor em 1985, a atuação do MONUVA e as lutas no interior da constituinte de 1988 articulam a tomada de posição dessas mulheres rumo a novas condições na conjuntura de avanço das lutas contra a discriminação e o preconceito.

O relato de Maria Abadia informa que seu desejo de retomar os estudos enfrentou outros entraves além dos conflitos conjugais e da lida cotidiana como mãe, esposa e dona de casa: a descrença que pessoas do convívio dela tinham em seu sucesso escolar. Exemplo dessas pessoas era a patroa, que ela traduz no trecho abaixo.

E aquele alvoroço: a patroa, a autoestima. “Ah, não! Você é muito corajosa, você não vai passar, não! Isso é muito difícil. Vestibular é para pessoa mais jovem.” Adivinha quem falava “Não, você não vai conseguir passar no vestibular, não”. “Outra coisa: se você passar, você não vai ter condições de cursar a faculdade.” “[Eu dizia] Não, gente, mas a faculdade é federal!” “Não, mas não tem importância, você não vai pagar a faculdade, mas não vai ter condições de comprar o material, você não vai ter roupas, porque para fazer a faculdade tem que andar bem vestida, bem calçada, você vai ficar lá, feia, doméstica no meio do pessoal?” Eu pensava: “Meu Deus! Mas não deve ser assim!”¹⁰¹

O relato de Maria Abadia reitera a discussão feita no primeiro capítulo sobre a representação do negro na sociedade uberlandense via imprensa escrita. Certas falas atribuídas por ela a outras pessoas — sobretudo sua patroa, quando se refere a obstáculos diversos (dificuldade de acesso ao curso, de se manter após a aprovação, a compra de

¹⁰¹ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

materiais e mesmo a falta de estilo e traquejo no vestir-se e portar-se para cursar um curso superior) — deixam entrever uma concepção em que a universidade não é lugar para gente como Maria Abadia. A descrição de empecilhos e dificuldades sugere que era muita pretensão dela querer fazer um curso superior — ou seja, era muita pretensão uma pessoa negra querer estudar numa universidade federal, o que remete ao universo de discriminação e preconceito socialmente vivenciado na cidade. No entanto, também é importante indicar que a disposição e coragem de Maria Abadia para conseguir seus objetivos se articulam num tempo de transformações das atitudes sociais com relação ao preconceito e à discriminação e de disposição de luta de movimentos de outros negros, homens e mulheres.

Em janeiro de 1999, ela passou no vestibular da UFU para o curso de Artes Plásticas. Uma vez na universidade, seus problemas aumentaram, pois se trata de curso cuja permanência é cara, em razão do material didático exigido, o que motiva a evasão. Mesmo diante das dificuldades pessoais, ela não desistiu. Conforme ela explica

E não desanimei, continuei fazendo o cursinho. Prestei vestibular e passei. Entrei na UFU em 1999, no curso de Artes, né? E ainda tinha aquele chavão: “Ah, esse é um curso de elite, pobre não consegue”. Então, com tudo isso, tudo ao contrário, eu fui indo; eu acreditava a partir daí, desse momento em que eu passei no vestibular, eu passei a acreditar que eu podia e que eu ia até o fim, contra tudo e todos: marido, patroa; que eu ia, eu já estava na UFU eu não podia mais parar. O que aconteceu [pigarreia]: entrei na UFU em 1999, em janeiro; quando foi em dezembro, no segundo período, o meu marido teve um acidente e faleceu. Aí, sim, estava difícil, mas ainda estava mais suave, mais tranquilo pra estudar [pigarreia]. Aí, o que eu fiz? E agora, né? Uma filha com 10 anos e a outra com 16, e eu sem profissão, sem trabalho e dentro de uma faculdade. Aí, corri atrás das bolsas, né? Que bolsa a faculdade tinha para me fornecer. Consegui a bolsa-alimentação. O trabalho que eu tinha era a faxina três vezes por semana, eu já não costurava mais porque eu tinha que estudar. Porque eu levei muito a sério e eu fazia tudo o que tinha que ser feito e da melhor maneira possível. Consegui a bolsa-alimentação. Mas o primeiro ano, esse primeiro ano pós-morte do meu marido, aí ficou muito difícil, porque o que eu ganhava não dava.¹⁰²

Nesse momento da entrevista, percebi como a entrevistada estava emocionada: movimentava as mãos entrelaçadas, apertava os dedos um contra o outro, pigarreava; a voz

¹⁰² OLIVEIRA, 2007a, s. p.

era pausada, rouca, quase sumia; as pernas cruzadas, retraídas. Parecia estar vivendo tudo de novo. Na fala dela fica evidente a atitude de uma mulher obstinada em busca de uma realidade que parecia distante, mas que, para ela, era uma conquista: a luta para vencer a pobreza, as diferenças sociais, a discriminação e a própria condição de ser mulher, dona de casa, mãe e empregada doméstica.

A trajetória de Maria Abadia relatada em sua entrevista mostra que, mesmo fazendo um curso superior numa universidade federal, ela se deparou com dificuldades para entrar no mercado de trabalho em Uberlândia. Ela conseguiu um trabalho de faxineira numa empresa, onde — segundo ela — trabalhava de segunda-feira a sábado, das 7h às 17h. Tal expediente a obrigava a ir direto para a faculdade, sem ir em casa tomar banho, e isso a constrangia em sala de aula, a ponto de torná-la arredia, de fazê-la se isolar dos demais alunos, sentando-se mais distante.

Eu consegui trabalho em uma empresa, mais na limpeza, serviços gerais, na limpeza mesmo. Ganhava mais que um salário. Trabalhava das sete às cinco, de segunda a sábado. Ficava o dia todo no trabalho; do trabalho eu já ia para faculdade, não tinha como tomar um banho pra ir. Passava pelo vexame, né? De chegar na faculdade, ficar encolhidinha em um canto, porque eu não tomava um banho, porque não dava tempo de vir em casa e ir pra faculdade.¹⁰³

No depoimento de Maria Abadia, percebemos seu forço e a luta do dia a dia para conciliar trabalho, estudo, filhos e família sem que houvesse prejuízo para nenhuma das partes. Saía muito cedo de casa para o trabalho e só retornava após o encerramento das aulas na faculdade.

Ela esclarece que foi ficando insatisfeita com o trabalho de limpeza, pois a empresa era uma escola de cursos profissionalizantes, muitos dos quais ela, como aluna de curso superior, poderia ministrar. Quando havia seleção para contratação de professores, ela fazia provas, mas não ficava sabendo do resultado, e as vagas eram preenchidas por outras pessoas.

¹⁰³ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

Embora estivesse incomodada com os procedimentos de seleção, não argumentava nem reclamava, porque precisava continuar a trabalhar.

[...] onde eu trabalhava era uma escola de cursos profissionalizantes particular. As pessoas tinham opções de cursos, e tinha muito desses cursos que eu tinha condições de ministrar, só que eu não era aceita. Abria um teste, uma seleção [pigarreia], eu fazia, mas não me chamava, não me davam o resultado. Eu ficava aguardando, de repente tinha alguém ocupando a vaga, menos eu. E eu, né? Não queria criar problema na empresa, porque eu precisava daquele trabalho mais que tudo. Eu nem questionava por quê.¹⁰⁴

No entanto, em seu percurso, continuou a sentir o peso da discriminação, pois mesmo tendo qualificação não conseguiu ascender na empresa. Sempre que havia seleção dentro da empresa para outros cargos, Maria Abadia se inscrevia para prestar as provas na tentativa de alcançar o sucesso.

[...] eu fiquei lá quase dois anos. Eu fui percebendo sempre que surgia uma vaga em alguma coisa que eu podia ministrar, logo em seguida chegava uma pessoa elegante, várias das vezes, loira, com chave de carro na mão, era a instrutora que ia fazer aquele serviço que eu tinha condições de fazer. Ganharia quatro, cinco vezes mais do que eu ganhava, trabalharia um período. Aí foi que eu fui descobrir, né? O que que estava errado, [por]que até então eu já estava no sétimo período na faculdade, eu tinha feito o curso de informática, já estava atualizada nesse mundo digital. E, um dia, a coordenadora pedagógica da escola, não sei se ficou com dó ou quis alertar ou falar claramente, abertamente, um dia ela chegou pra mim e falou: “Olha, nós te admiramos muito, você é muito esforçada, só que tem uma coisa: não dá pra uma pessoa que trabalha na limpeza, na faxina, de uma hora pra outra estar dentro de nossa sala de aula ministrando um curso que seja de manicure, que nós sabemos que você fez unhas cinco anos em seguida, nós sabemos que você tem prática e sabe fazer... porque não daria credibilidade para os nossos alunos. Como é que a faxineira de repente virou instrutora de alguma coisa?”.¹⁰⁵

Com efeito, para Matilde Ribeiro, o negro e a negra ainda não ficam bem como cartões de visita. Representam pouco nessa cultura. Não têm lugar visível na história: a eles foram reservados lugares invisíveis, onde não aparecem, onde só obedecem; posições submissas, subalternas, rebaixadas, em que se inclinam em respeito e obediência. “[...] Assim,

¹⁰⁴ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

aos negros, a partir de características como a cor da pele aliada aos aspectos sociais e culturais, associa-se não apenas a feiúra, mas a subalternidade e a invisibilidade.”¹⁰⁶

Parece importante pensarmos que as experiências e lutas de Marta, Rosemeire, Maria Abadia, Denise e Paula se constroem num tempo em que — como indicamos no capítulo anterior — a atuação do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (MONUVA) buscava mobilizar as pessoas negras a se mobilizarem na luta pela igualdade de direito na sociedade de Uberlândia. As experiências dessas mulheres indicam que elas compartilharam as aspirações daquele tempo e que investiram, principalmente, na educação escolar como caminho para a mudança das condições de suas vidas e da de seus filhos. Cada uma dessas mulheres viveu em tempos e lugares diferentes, mas tem história parecida com trajetórias de vida de luta sem perder as esperanças, pois veem perspectiva de mudança de futuro tendo como base a educação.

¹⁰⁶ RIBEIRO, Matilde. **Relações raciais nas pesquisas e processos sociais**: em busca de visibilidade para as mulheres negras. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 89.

Capítulo 3

ENTRE DISCRIMINAÇÃO E IDENTIDADES NEGRAS: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E ESPAÇOS INSTITUCIONALIZADOS

Neste capítulo, a partir dos depoimentos de mulheres negras empregadas domésticas em Uberlândia e de lideranças dos movimentos e espaços de organização das lutas, procuramos perceber como as mulheres discutem o preconceito e a discriminação e como se colocam atualmente. Com base em depoimentos de lideranças negras dessa cidade, particularmente do presidente da COAFRO, da presidente do MONUVA e dos coordenadores do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros), busco discutir qual é a visão dessas instituições sociais em relação à situação da mulher negra em Uberlândia.

Como se indicou antes, no decorrer dos vários depoimentos, foi muito difícil lidar com a lembrança sobre a discriminação e o preconceito. Muito poucas vezes nas falas das depoentes tais lembranças eram explicitadas. Na maioria das vezes, a questão do preconceito e da discriminação aparecia entrelaçada com as dificuldades advindas da condição de pobreza e de ser empregada doméstica. As alusões à escravidão e ao trabalho escravo, por exemplo, apareceram articuladas com as rotinas pesadas impostas pelo trabalho doméstico.

No entanto, várias falaram mais abertamente de como se veem hoje na condição de mulheres negras, e essas falas indicam transformações nas experiências e percepções dessas mulheres sobre a questão. As duas falas abaixo — a primeira de Maria Abadia, a segunda de Marta — sinalizam como essa questão aparece nos relatos das depoentes. A primeira questão a destacar é que assumir a identidade negra significou lidar com uma autoimagem e com a descendência. Também sinaliza como as transformações na imagem pública e a ação dos movimentos discutindo e afirmando a beleza negra atravessam as falas. Maria Abadia articula ser negra “sem reservas” na seguinte fala:

Sou realmente negra, etnia afro-descendente, fenótipo, genética e consciência da minha etnia afro-descendente. Meu pai era negro e todos da família paterna, e como predominância genética nessa miscigenação prevalecem a cor da cútis, o cabelo crespo, o fenótipo craniano e outros.¹⁰⁷

Marta pensa em sua trajetória sobre a questão e nos diz como mudou:

Antes, quando eu era mais nova, eu tinha preconceito comigo mesma. Eu não queria me olhar no espelho. Meu Deus dos céus! Eu pensava: “Gente, mais eu sou feia demais, negra!”. Mais eu via que aquilo era eu mesma. Aí, hoje eu tenho a cabeça mais aberta, né? Sou aberta e procuro colocar nos meus meninos, nos meus filhos, né? Admitir que é negro mesmo. Negro bonito, ainda se for, né? Que eu falo que o negro é bonito, né? Nós tem só mesmo a pele, que a cor, né? A diferença entre as pessoas de raça branca, né? Então é só a cor mesmo da pele que faz essa separação; mas nós somos todos iguais.¹⁰⁸

A fala de Maria Abadia, quando se assume como “negra sem reservas”, indica sua convivência com pautas do movimento no período e com sua experiência particular com a educação universitária e a discussão acadêmica da questão. Ao enfatizar sua “consciência e etnia afro-descendente”,¹⁰⁹ usa uma terminologia reivindicada pelos movimentos e pelos estudos — lembramos que a entrada dela na faculdade coincidiu com o momento em que a representação de pessoas negras e as relações étnico-raciais estavam passando por transformações na cidade. Assim sendo, de acordo com a entrevista, parece que Maria Abadia acompanhou as discussões sobre a temática racial na cidade de Uberlândia e se mostra bem entrosada com o vocabulário das discussões sobre raça presentes na academia e nos movimentos desde então.

A depoente indica que antes a questão se colocava de uma forma bastante conflituosa. Ao trazer a informação de que é filha de pai negro e de mãe branca, remete à convivência com uma visão preconceituosa de sua mãe. Conforme o relato da depoente:

¹⁰⁷ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

¹⁰⁸ SOUZA, 2008, s. p.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

Quanto ao estar bem resolvida com minha etnia, é porque passei longos anos da minha vida com pouca informação a respeito e sob influência de uma mãe racista e preconceituosa que me induzia desde menina a minimizar o óbvio da minha negritude: alisando meu cabelo, me vestindo como as filhas das patroas às quais ela trabalhava, nunca vestindo cores ou modelos fora dos padrões da moda que as pessoas brancas usavam e me dizia sempre que eu era mulata, não negra. Justificava sempre que eu tinha lábios finos, nariz afilado, não tinha nariz chato nem era beijuda como as pessoas negras.¹¹⁰

A depoente prossegue relatando que cresceu ouvindo sempre os comentários da mãe negando sua negritude, bem como acreditando que era verdade — não se considerava negra. Somente depois de bem informada, culturalizada e ciente de sua descendência africana é que se assumiu como negra, tendo a perspectiva de esclarecer outras pessoas negras que enfrentam as mesmas problemáticas na condição de professora da rede pública estadual.

Exatamente o modelo imposto pela mãe de Maria Abadia: roupas discretas, sem abusos, cores frias, bem comportadas, modelo que a cidade vestia. Assim descreve:

Cresci com essas informações e acreditava nelas. Não me considerava negra. Hoje, bem informada, culturalizada e ciente da minha descendência africana, bem resolvida, sinto orgulho de ter saído da caverna, aquela de Platão. Hoje tenho condições de iluminar muitas mentes de descendentes afro-brasileiros e de fazê-los sentirem orgulho de sua etnia.¹¹¹

Reconhecer-se como negro em determinadas situações é difícil para o homem negro e/ou mulher negra, porque, muito frequentemente, ser negro no Brasil é não ter emprego ou trabalhar em cargos minorizados no mercado de trabalho, é não ter moradia ou morar na periferia, nos arredores do centro urbano, é ter dificuldade de frequentar uma escola.

Entretanto, é interessante observar, na fala da Maria Abadia, como ela percebe as mudanças que estão acontecendo a partir das discussões em torno das questões raciais e como se valoriza como mulher negra. A depoente admite que hoje é bem informada e passou a perceber o mundo de forma diferente, entendendo e participando das discussões sobre a temática racial, o que fica bem claro na frase dita por Maria Abadia: “[...] de ter saído da

¹¹⁰ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

¹¹¹ OLIVEIRA, 2007a, s. p.

caverna, aquela de Platão”. Outra questão interessante que podemos analisar é que Maria Abadia pertence a uma geração de mulheres mais velhas, que viveu no tempo em que a cidade de Uberlândia era mais fechada às discussões que envolviam pessoas negras. Como aponta o primeiro capítulo desta pesquisa, as notícias sobre questões raciais foram tomando corpo e se transformando a partir de 1983, com a eleição do prefeito Zaire Rezende e com a maioria dos vereadores do PMDB, que apoiaram a vereadora e representante do MONUVA (Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta) Olga Helena, que se envolveu na divulgação da temática racial.

A fala de Marta remete a uma experiência mais difusa, mas também bastante forte, das transformações daquele tempo. Relatando que, quando mais jovem, teve problemas em relação ao autorreconhecimento, argumenta que atualmente tem “[...] a cabeça mais aberta”, situando-se muito mais tranquilamente em relação a sua condição de mulher negra. Aqui parece importante trazer a contribuição do estudo da historiadora Renísia Cristina Garcia sobre a história do negro na educação brasileira (1993–2005), apontando a consolidação de uma identidade fragmentada sobre a história do negro no Brasil. Essa autora indica que as imagens começam a mudar somente a partir da década de 1960, com a mudança de olhares para a história social do Brasil e o desenvolvimento de novas abordagens sobre o negro na história brasileira. A autora enfatiza que os estudos teóricos relativos à temática, embora importantes, tratavam a escravidão colocando os escravos na posição de submissão e vítimas, o que descaracterizava a história da população negra.

A mesma observação é feita por Nilma Lino Gomes, indicando que:

De um modo geral, a história, ao trabalhar com a questão racial, apresenta o negro somente como escravo, dando-nos a impressão de que os africanos trazidos para o Brasil já viviam nessa condição indigna desde que foram capturados pelos mercadores de escravos.¹¹²

¹¹² GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995, p. 58.

Para Nilma, a população negra brasileira ao longo dos anos conviveu/convivem na escola, na família, na rua e na vida profissional com a visão distorcida de sua verdadeira identidade. Perspectivas sobre o preconceito foram se consolidando e cristalizando inconscientemente na memória do negro que não consegue perceber o autopreconceito e a discriminação de si e de outros negros que se aproximam dele.

Marta, em suas percepções, salienta como as transformações sociais se refletem na linguagem e como denominações e práticas discriminatórias, embora persistentes, são agora vistas por ela com outros olhos.

Então, por exemplo, tem muitas pessoas que às vezes falam do próprio negro, chamam ele de negro mesmo. Então, isso eu acho assim, um absurdo, porque a pessoa não concorda de ser negro. Às vezes, ele é negro e fala: “Ah! O fulano negro”. Ele é negro também, mais não quer admitir que é negro, né? Então, o negro mesmo é que desfaz mesmo da sua própria raça. Não quer admitir, sabe? Tem aquele preconceito de ser negro, tem aquilo no fundo do coração. Eu acho que sai lá do coração aquilo que não queria. Ele não queria ser negro, então é aonde ele desfaz dele mesmo, que é negro [riso]. Eu sou muito orgulhosa de ser negra, sabe?¹¹³

É interessante observar que Marta falava parecendo que estava buscando as palavras no fundo do coração, como se ela estivesse vivendo daquele momento que relatava. O riso entre a penúltima e a última frase do relato serviu para quebrar o discurso tenso, como se fosse uma forma de voltar à realidade do espaço onde estava sendo realizada a entrevista.

Considerar a conjuntura dessas transformações na vida uberlandense nessas décadas ajuda a entender melhor o depoimento de Marta. Basta pensarmos que, nos anos de 1950, ainda existiam na cidade práticas de discriminação que levavam até a separação de espaços sociais públicos entre negros e brancos e que, em 1980, o jornal *Correio de Uberlândia* ainda usava o termo *crioula*¹¹⁴ para se referir a uma empregada doméstica negra acusada de roubo. De acordo com a depoente, houve um avanço na forma de pensar nas pessoas negras, no olhar do próprio

¹¹³ SOUZA, 2008, s. p.

¹¹⁴ Cf. CORREIO DE UBERLÂNDIA, 15 jun. 1980.

negro, conforme descreve Marta: “Aí, hoje eu tenho a cabeça mais aberta, né? Sou aberta e procuro colocar nos meus meninos, nos meus filhos, né?”.¹¹⁵ De acordo com o depoimento, parece que Marta teve de aprender a lidar com ela mesma, olhar de dentro para fora, aceitando-se como negra e ensinando os filhos a conviver com a diversidade cultural e aceitá-la para viverem em sociedade com as diferenças e aceitando as diferenças, como ela mesma disse: “Então, é só cor mesmo da pele que faz essa separação, mas nós somos todos iguais”.¹¹⁶

Outro detalhe importante que podemos extrair do depoimento de Marta em relação à entrevista de Maria Abadia é que Marta disse que agora tem a cabeça mais aberta e procura ensinar os filhos a lidar com as questões raciais. Maria Abadia comentou na entrevista que, após ter saído da “caverna de Platão” passou a se perceber como realmente é. Em outras palavras, Marta e Maria Abadia parecem admitir que passaram a lidar numa perspectiva mais positiva com as questões raciais a partir do conhecimento de tais questões.

Também Rosemeire, ao ser entrevistada, assume-se como negra, admitindo que nunca teve problemas relativos à questão de ser negra e sempre foi bem tratada. A depoente explica que tem uma colega branca com a qual sempre troca brincadeiras: a amiga branca faz papel de escrava, pois o trabalho que ela realiza exige mais esforço.

Eu assumo. Não! Eu nunca tive esse problema. Eu até comento com uma amiga minha que ela é branca, eu falo que ela é uma escrava, e eu não sou porque o serviço dela exigia mais do que o meu, né? Então eu nunca tive problema de ser negra, eu sempre fui tratada normal, ninguém nunca abusou, sabe?, porque eu era negra; sempre me tratou como pessoa normal, mesmo sem distinção de cor. Mais eu nunca tive problema não de ser negra.¹¹⁷

Analisando o discurso de Rosemeire, podemos observar que sua fala é ambígua: ao mesmo tempo em que se assume como negra, justifica que é negra, mas não é escrava. A amiga que é branca e realiza serviços mais pesados do que ela é que seria escrava. Baseado

¹¹⁵ SOUZA, 2008, s. p.

¹¹⁶ SOUZA, 2008, s. p.

¹¹⁷ PIMENTEL, 2008, s. p.

em Nilma Gomes, podemos observar que, às vezes, é complicado para quem é negro se assumir como tal porque, a partir do momento que ele se assume, vem a descendência de escravos e toda uma carga de uma cultura que historicamente foi considerada inferior. E se voltarmos às trajetórias dessas mulheres, analisadas no segundo capítulo, vemos a determinação e coragem de Maria Abadia de voltar a estudar depois de adulta para ensinar suas filhas, entrar em uma faculdade contra todos os obstáculos, e de Rosemeire para manter os filhos na escola. Percebemos que as pessoas negras em Uberlândia estão se movimentando positivamente no sentido de mudar sua história.

Paula, ao falar sobre a questão, comenta que o negro precisa valorizar sua própria cor, uma cor de tradição. Ela cita a herança deixada por seus avós e pelo pai como uma tradição ligada à experiência de ser negro da qual se orgulha, no entanto aponta o preconceito e a valorização do branco em comparação com o negro.

Porque a gente sempre tem dar valor à cor da gente, seja ela qual for. Eu acho que quem valoriza ser negro é muito bonito, porque tem uma cor que é de tradição. Meus avós, meu avô tem 97 anos, é escuro; meu pai... Eu acho que dou muito valor à cor negra. Sou feliz por ser dessa cor. Sinto porque tem muitas pessoas que têm preconceito de negro, não é todo mundo. Mais tem muita gente que acha que o preto ainda não é uma pessoa boa. Sempre que chega em uma loja, o preto não é bem atendido. Eu me sinto assim, que a gente nunca é bem valorizado, não. O preto com o branco, o branco é o melhor.¹¹⁸

No depoimento de Paula, pude perceber uma maneira simples e sincera de se pronunciar. Parece que ela demonstra familiarização e conhecimento da importância de se valorizarem as questões relativas à cultura negra, bem como retomar o exercício de uma identidade fragmentada.¹¹⁹

No depoimento de Alessandra, essa questão da recuperação da cultura negra nesse período como espaço de afirmação das populações negras fica bem mais explícita. A depoente

¹¹⁸ XAVIER, 2007, s. p.

¹¹⁹ GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada** — um estudo sobre a história do negro na educação brasileira, 1993–2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

relata que é congadeira e que acha maravilhoso participar da manifestação cultural e religiosa em Uberlândia. Ela integra o grupo de congadeiros Pena Branca e relembra o Vô Charqueada,¹²⁰ como ela mesma disse, uma pessoa querida que havia falecido um pouco antes da época da entrevista. Segundo a depoente, seu esposo é chefe de caixaria¹²¹ do grupo de congadeiro e, pelo que ela disse, parece que será ascendida à chefe de patangome¹²² do mesmo grupo. Como descreve:

Nossa, a congada é linda! A congada é maravilhosa! Eu sou do Pena Branca. Hoje eu tenho sentimento do Vô Charqueada, que eu sempre chamei de 'vô. Tem um mês que ele faleceu, sabe? Mas a gente guarda muita coisa boa dele e ninguém tem nada o que queixar dele, sabe? Meu marido é chefe de caixaria, e agora parece que eles vai me nomear chefe de patangomo.¹²³

As referências às congadas e ao fato de ter orgulho de ser congadeira presentes na fala de Alessandra nos colocam em um tempo bem diferente daquele no qual a questão das culturas negras só eram mencionadas através de pessoas famosas. Aqui vemos a valorização das práticas herdadas dos grupos negros da região e que ganharam impulso com as novas bandeiras dos movimentos negros na região. Também é importante indicar que esses movimentos conquistaram apoio institucional de governos, concretizado até na constituição de órgãos governamentais voltados tanto ao combate à discriminação quanto à promoção dos direitos das populações negras.

Retomando os depoimentos de Maria Abadia, Marta Helena, Paula, Alessandra e Denise, percebemos que as entrevistadas reconhecem o preconceito e a discriminação contra o negro em Uberlândia e nos dão indícios de sugestões da possibilidade de mudanças no

¹²⁰ Informações cedidas por: RODRIGUES, Ramon. Uberlândia (MG), 22 out. 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p. Ramon é 1º Capitão do Terno Moçambique de Belém. Vô Charqueada era um dos dançadores mais antigo do terno de congado Moçambique Pena Branca. Ele, de certa forma, passava os ensinamentos para os mais jovens e representava uma referência para o grupo

¹²¹ Caixaria é um instrumento de percussão de som grave, também chamado de surdos, caixa, tambor, utilizado nos ternos de congados na festa de nossa senhora do Rosário e são Benedito — RODRIGUES, 2009, s. p.

¹²² Patangome é um chocalho feito de latas (instrumento musical) usado nos ternos de congados na festa de nossa senhora do Rosário e são Benedito — RODRIGUES, 2009, s. p.

¹²³ OLIVEIRA, 2007b, s. p.

contexto social da cidade. Maria Abadia enfatiza, no seu depoimento, que saiu da “caverna de Platão” e, a partir da tomada de consciência, passou a entender a questão racial e a importância de sua discussão na sociedade e valorização dela como mulher negra no contexto de Uberlândia. Marta se refere ao preconceito e à discriminação como forma de travar o desenvolvimento do país: “Aí, eu acho [que] é aonde o nosso país não vai pra frente”.¹²⁴ Paula discute que o negro tem que ser valorizado porque é uma cor de tradição, remetendo à tradição, à sua descendência, ao avô de 97 anos de idade. Alessandra enfatizou a questão da cultura e das tradições das comunidades negras como espaço de afirmação de conquistas e identidade. Nessa perspectiva, podemos analisar que as entrevistadas perceberam/percebem as desigualdades e as diferenças sociais que existem na sociedade uberlandense em relação ao negro e à negra e, de acordo com elas, apontam a necessidade de reverter esse quadro social na cidade perante a sociedade, indicando como suas experiências sociais foram tocadas pelas transformações nas lutas contra o preconceito e a discriminação na cidade nas últimas décadas

* * *

Também para compreender o contexto em que as mulheres desenvolveram sua experiência e afirmaram suas identidades negras, busquei ouvir lideranças negras da cidade e analisar suas visões sobre a questão. Ouvi, particularmente, a presidente da COAFRO, coordenadora afro-racial ligada ao governo municipal, a presidente do MONUVA e coordenadores do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiro), ligado à UFU.

Segundo Carlos Silva Souza, a coordenadora afro-racial foi constituída em 1993, como pasta ligada à Secretaria de Cultura da prefeitura de Uberlândia, para trabalhar com funções estritamente culturais referentes à comunidade negra de Uberlândia. Ao se referir às questões culturais voltadas à comunidade negra, o entrevistado se remete ao carnaval e ao

¹²⁴ SOUZA, 2008, s. p.

congado, manifestações culturais que contam com apoio da Secretaria de Cultura da prefeitura de Uberlândia. Lembramos que, em nossa pesquisa na imprensa escrita, já localizávamos essas ações do governo local desde meados da década de 1980, dentre as quais estão a criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em 1985,¹²⁵ e a doação, pela prefeitura de Uberlândia, de um espaço para construção da Casa do Negro, em 1987.¹²⁶ Nos vários anos da década de 1980, além das notícias sobre o apoio ao carnaval e às escolas de samba, raramente encontramos notícias de apoio a outras manifestações, como uma sobre a Festa do Rosário, do jornal *Correio de Uberlândia* de 15 de abril de 1986:

Prefeitura repassa verba para a Festa do Rosário. Com o objetivo de apoiar e valorizar as manifestações culturais da população uberlandense, a secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas, entregou na tarde de ontem (14) um cheque no valor de 14 mil cruzados ao presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de Cor Deni Nascimento. Esta quantia corresponde à subvenção anual da Prefeitura de Uberlândia à entidade para a Festa do Rosário que tradicionalmente ocorre na cidade no segundo domingo de novembro.¹²⁷

De acordo com Carlos Silva Souza, em 2001 a COAFRO foi ligada à Secretaria do Governo, mas voltou a ser ligada à Secretaria de Cultura em 2005, promovendo ações políticas e culturais. Segundo o presidente, a coordenadoria foi criada para trabalhar com políticas públicas afirmativas voltadas à comunidade afro-descendente de Uberlândia. No que se relaciona ao público feminino, o presidente indica que são implementadas políticas públicas direcionadas às mulheres negras e que as negociações nesse sentido não são fáceis de serem mantidas por causa dos processos burocráticos, levando-se em consideração as tramitações nos órgãos públicos municipais e o não entendimento entre as partes. Conforme comenta:

¹²⁵ Cf. CORREIO DE UBERLÂNDIA, 7 nov. 1985.

¹²⁶ Cf. CORREIO DE UBERLÂNDIA, 22 dez. 1987.

¹²⁷ PREFEITURA repassa verba para a Festa do Rosário. *Correio de Uberlândia*, p. 5, 15 abr. 1986.

Esses dias mesmo eu estava discutindo com pessoas que fazem parte da prefeitura municipal questões aonde eu levantei a questão da saúde da população negra — ele falou: “Mais porque a saúde da população negra?”. Tem que ser a saúde da população. Eles têm que saber que a comunidade negra ou o negro em si tem a sua especificidade, estão precisando de uma política de saúde voltada — sim — para a população negra, nós temos alguns diferenciais.¹²⁸

Pelo que se pode perceber na fala do presidente, a Coordenadoria Afro-racial tem demonstrado sua preocupação com relação ao investimento da prefeitura em políticas públicas para a saúde da população negra; mas o poder público entende que o investimento deve ser feito para a saúde da população em geral.

Carlos ainda explica que o trabalho da coordenadoria objetiva impulsionar a autoestima da comunidade negra; de acordo com fatores históricos, políticos e sociais, nesse segmento é comum encontrar autoestima baixa. Como comenta:

Quer dizer, nós precisamos levantar a autoestima, eu acho que não só com a mulher, em especial a mulher negra nessa questão de levantar a autoestima. Nós precisamos ver negras e também negros tentando procurar o seu espaço e se destacando dentro da sociedade. A COAFRO tem tentado levantar essa autoestima. Igual eu te falei, em alguns momentos a gente esbarra nos processos burocráticos que te impedem de tentar trabalhar essas políticas. Mais a gente vai caminhando e trabalhando junto da sociedade da população negra.¹²⁹

O presidente da COAFRO enfatiza ainda a necessidade de o negro ter referências positivas dentro de sua própria comunidade, no sentido de ver divulgadas na mídia não só personalidades ilustres representantes do futebol brasileiro, da música popular brasileira, mas também sujeitos sociais que contribuíram/contribuem para ensinar a história do negro e desmistificar a história negativa que a historiografia oficial produziu ao longo dos anos. Conforme descrição do depoente:

¹²⁸ SOUSA, Carlos Silva. Uberlândia (MG), 8 abr. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

¹²⁹ SOUSA, 2008, s. p.

A gente precisa, o mais rápido, ter referências. Não estou desfazendo de personalidades. Mais se você pega uma criança — não, não é que eu estou querendo que minha criança chegasse e falasse: “Não, pai, eu queria ser um Alexandre Pires”;¹³⁰ “Não, pai, eu quero ser o Pelé”.¹³¹ Não é isso que eu queria que o meu filho começasse a se identificar — “Nossa, pai! Eu quero ser o professor doutor Guimes Rodrigues Filho,¹³² que para nós é uma referência negra em Uberlândia, professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia, professora doutora Vânia Bernardes.¹³³ Nós precisamos começar a ter referências nesse sentido.”¹³⁴

É interessante observar a fala do presidente da COAFRO, que enfatiza a necessidade do município de se esforçar na implementação de ações afirmativas para melhorar a saúde da mulher negra, promover a autoestima do negro, incentivar a identidade positiva, assim como a necessidade do negro de ocupar espaços de destaque na sociedade de Uberlândia. Podemos comparar a fala de Carlos Silva com os discursos da vereadora Olga Helena (ver primeiro capítulo). Em meados da década de 1980, a vereadora já apontava questões semelhantes às referidas pelo presidente da COAFRO em relação às lutas em defesa da comunidade negra. Lembremos que mais de 20 anos separam essas falas, indicando que as décadas de 1980 e 1990 foram centrais para as mudanças que percebemos atualmente.

Em nossa pesquisa na imprensa escrita, foi possível perceber que, desde a sua criação, o MONUVA (Movimento Negro Unificado de Uberlândia) constitui uma força central nas lutas dos grupos negros na cidade. No primeiro capítulo, indicamos a importância da entidade para a comunidade negra de Uberlândia e a repercussão que o movimento negro teve nesse município e na região nas décadas de 1980 e 1990. Conforme o primeiro capítulo, o Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta, que teve início na década de 1980, foi se

¹³⁰ Músico uberlandense ex-integrante do grupo de pagode Só pra Contrariar; hoje segue carreira solo como cantor.

¹³¹ Jogador de futebol. Iniciou sua carreira no Santos/SP e fez parte da Seleção Brasileira nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

¹³² Professor doutor da Faculdade de Química da UFU e coordenador do NEAB (Núcleo de Estudos Africanos da UFU) e do projeto de extensão universitária Capoeira de Angola.

¹³³ Professora doutora da Faculdade de Educação do Campus do Pontal, extensão da UFU, e coordenadora do NEAB.

¹³⁴ SOUSA, 2008, s. p.

fortalecendo politicamente com a finalidade de conscientizar a comunidade negra no combate contra o preconceito e a discriminação racial em Uberlândia. Assim, buscamos identificar a atual visão do movimento sobre a questão na fala de sua presidente, Dulcineia Silva. Conforme Dulcineia, “[...] o MONUVA já existe há vinte anos. Nós estamos nessa batalha aí em função do negro e, sim, dentro de Uberlândia, trabalhando com a questão cultural, educacional, tentando levantar a autoestima do negro em Uberlândia.¹³⁵ Segundo Dulcineia, o trabalho do MONUVA busca elevar a autoestima da população negra de Uberlândia com promoções culturais e educacionais. Enfatiza que, apesar de o trabalho do MONUVA não ter conhecimento de mulheres que procuram a entidade em busca de alguma ajuda, concorda que a temática é um campo difícil de ser trabalhado.

Entretanto, explica que, como presidente do MONUVA, mulher e migrante, percebe que o trabalho de promoção da cultura negra em Uberlândia ainda é muito carente.

[...] só que na verdade a gente nunca teve, assim, uma procura de mulher negra que chegasse lá nos pedindo ajuda ou pedindo que nós fizéssemos alguma intervenção a esse favor; então, eu acho que é um campo, assim, meio difícil pra gente estar trabalhando. Então, nesse momento eu vou especificar mais o que eu acho enquanto mulher e enquanto presidente de uma entidade e o que eu vejo em Uberlândia; também porque eu não sou de Uberlândia, eu estou aqui em Uberlândia há alguns anos e eu acho que é muito precária a questão do trabalho, seja do negro em todas as circunstâncias.¹³⁶

É interessante ter à frente de uma entidade que tem uma representação significativa para a comunidade negra uberlandense uma mulher cuja intenção é encabeçar projetos propostos pelas populações negras e intermediar o intercâmbio do poder público com os interesses da comunidade. Na visão dela, ainda hoje Uberlândia é uma cidade racista, tradicional terra de coronéis. Mas a prática do racismo é exercida de forma velada.

¹³⁵ SILVA, Dulcineia. Uberlândia (MG), 8 abr. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

¹³⁶ SILVA, 2008, s. p.

É o pior racismo [aquele] que é velado, que as pessoas não têm coragem de discriminar porque sabe que é lei, que vai para cadeia mesmo. Então, ele te olha de banda, faz caras e bocas e não revela. Mas se você for ver a atitude através dos comportamentos, que é uma coisa que eu analiso muito, eu acredito que há muito racismo em Uberlândia; até mesmo porque é uma cidade de coronéis ainda. Ainda estão presos àquela criação de mil e quinhentos e lá vai bolinhas. Então é um racismo até pior. Só se você for perguntar para ele; eles vão dizer: “Não! Que isso? Fui criado por uma negra” — discurso do próprio prefeito da cidade — “ela me amamentou, eu adoro negro”.¹³⁷

Analisando a entrevista da presidente do MONUVA, percebemos que a proposta de trabalho atual segue linha semelhante à proposta da época em que foi fundado o movimento, na década de 1980. No entanto, agora parece que a questão se inverte. Se naquele momento as práticas de racismo e discriminação eram exercidas de forma mais aberta e pública, agora, após as leis contra discriminação e os avanços e as conquistas do movimento, o que se busca combater são as práticas veladas de racismo e preconceito. Assim, um ponto importante e comum nas entrevistas dos coordenadores do NEAB e da COAFRO e da presidente do MONUVA é a percepção que indica a persistência do preconceito e a discriminação no cotidiano da sociedade de Uberlândia. Essas constatações de preconceito e discriminação externadas pelos coordenadores e presidentes dessas entidades também estão presentes nos depoimentos de Marta, Maria Abadia, Denise, Paula e Alessandra.

Outra avaliação sobre a questão à qual recorri foi a dos coordenadores do NEAB, Guimes Rodrigues Filho e Vânia Bernardes, professores doutores da universidade. A intenção era perceber como a universidade e os acadêmicos estão pensando a questão do negro em Uberlândia. Na visão deles, como na dos dois depoentes anteriores, apesar das lutas e do avanço nas conquistas das últimas décadas, Uberlândia continua a ser uma cidade racista.

Guimes destaca o fato de não ser comum encontrar negros e negras representados em todos os setores da cidade, citando como exemplo a Universidade Federal de Uberlândia, instituição onde não se encontram negros e negras ocupando cargos administrativos de nível

¹³⁷ SILVA, 2008, s. p.

hierárquico elevado. Ele enfatiza que a universidade, sendo uma instituição pública, anda sempre em direção contrária à das ações das políticas públicas propostas pelo governo federal.

Como descreve o depoente:

O simples fato de você não encontrar negros e negras representados em todos os setores da cidade exprime a face racista do município ainda que este não seja um privilégio apenas de Uberlândia. Por exemplo, na Universidade Federal de Uberlândia você não encontra negros e negras nos altos escalões da administração. A universidade federal é pública, anda sempre na contramão das ações do governo federal em termos de políticas afirmativas.¹³⁸

A fala do coordenador do NEAB sobre a questão da universidade andar na *contramão das ações do governo federal em termos de políticas afirmativas* se refere ao fato de o sistema de inclusão por cotas raciais não ter sido aprovado no conselho maior da instituição, que deliberou por cotas sociais. Conforme afirma Gilberto Neves:

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a decisão sobre as cotas se arrasta há cinco anos, mas a instituição tende a uma pequena reserva de vagas para escolas públicas, sem recorte racial. Os movimentos sociais negros ainda tentam influenciar para afirmar as cotas raciais.¹³⁹

Analisando-se a fala do coordenador do NEAB sobre a questão, podemos retomar as dificuldades de Maria Abadia na sua trajetória na universidade e a ascensão na empresa onde trabalhava após seu ingresso na faculdade.

Deve-se indicar, no entanto, que, na análise dos depoimentos das mulheres, percebemos uma mudança significativa nas atitudes quanto à necessidade de escola e escolarização para as mulheres. Diferentemente de seus pais, que julgavam que mulher não precisava estudar, investem na educação de seus filhos e acreditam estar construindo novas perspectivas de futuro.

¹³⁸ FILHO, Guimes Rodrigues. Uberlândia (MG), 8 mar 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva, s. p.

¹³⁹ NEVES, Gilberto. **Educar para a igualdade**: combatendo o racismo na educação. Uberlândia: Cenafro Sincopel, 2008, p. 66.

A criação e atuação do NEAB indicam que a discussão sobre os direitos das populações negras, também, penetrou na universidade. Vânia Bernardes, vice-coordenadora do núcleo, explica que o objetivo de seu trabalho no núcleo é produzir conhecimentos científicos e divulgá-los na direção de fomentar políticas públicas afirmativas que contribuam para erradicar a desigualdade racial. “Como vice-coordenadora do NEAB, minha contribuição é com a finalidade de divulgar conhecimentos científicos e produção sobre a questão étnico-racial e promoção de políticas públicas de igualdade racial”.¹⁴⁰

Ela considera que, mesmo com avanços, a situação da mulher negra em Uberlândia é complexa. Sua fala indica limites dos movimentos quando avalia que os representantes institucionais dos negros não têm inserção no dia a dia da comunidade em geral. A entrevistada explica que a situação da mulher negra, não só em Uberlândia, mas também em todo o país, é perceptivelmente difícil: elas estão excluídas econômica e socialmente. Exemplificando essa falta de representatividade pública das mulheres negras na atualidade, ela se refere às comemorações no Dia Internacional da Mulher na Câmara Municipal de Uberlândia em 2008; ela diz que a lista de homenageadas não tinha nenhuma mulher negra. É interessante indicar que essa é uma situação diferente daquela da conjuntura de lutas da década de 1980, quando a presença da vereadora negra Olga Helena da Costa — eleita em 1982 — teve grande importância para o avanço do movimento e de suas conquistas na cidade.

A questão da mulher negra é complexa, uma vez que temos representatividades institucionais em forma de movimentos que não estão inseridos no cotidiano da comunidade. Ao refletir sobre a mulher negra em Uberlândia na esfera social em todo o Brasil, são excluídas economicamente; só para exemplificar, tivemos homenagem na Câmara Municipal no dia 8 de março de 2008, e nenhuma mulher negra foi homenageada, sendo que temos advogadas negras, médicas, empresárias, professoras e mulheres que participam de vários seguimentos e não tiveram sua representatividade.¹⁴¹

¹⁴⁰ NEVES, 2008.

¹⁴¹ BERNARDES, Vânia. Uberlândia (MG), 28 mar. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Assim, vemos que representantes dos movimentos sociais também reconhecem o preconceito e a discriminação contra pessoas negras em Uberlândia e indicam avanços como a luta institucional por políticas específicas para garantia de direitos às populações negras, o apoio a manifestações culturais como congadas e festas religiosas, o interesse da universidade em estudos sobre as populações negras e outros pontos. Mas as falas também indicam novas dificuldades, tais como a diminuição da presença das mulheres negras nos espaços públicos, os obstáculos à luta por cotas, a distância entre os movimentos e o dia a dia das comunidades negras. Também percebemos que, embora com modos e bandeiras um pouco diferentes, as lutas e a mobilização para mudar a história das pessoas negras em Uberlândia, institucionalizadas na década de 1980 com o MONUVA (Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta), continuam até hoje. Nota-se que as mulheres negras por mim entrevistadas, através de suas histórias de lutas, de coragem e determinação, indicam experiências concretas que projetam uma perspectiva de superação e continuidade do fazer no sentido de construir um futuro melhor.

Considerações finais

Ao término desta pesquisa, quero tecer alguns comentários que sintetizem minha avaliação dos resultados. A primeira questão de destaque diz respeito ao uso da imprensa escrita local e de suas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. A leitura do jornal *Correio de Uberlândia* nos períodos entre as décadas de 1980 e 1990 me permitiu refletir sobre como as pessoas negras que ocupavam/ocupam os espaços na cidade de Uberlândia eram/são representados pelo jornal, ampliando minha visão sobre a questão. Nesse percurso, foi possível perceber as ambiguidades do referido periódico a respeito da diferença na maneira de representar uma pessoa negra de classe social mais humilde e as celebridades de certa importância para a cidade. Ao longo do texto, procurei apontar como essas formas de representações das pessoas negras no cotidiano da cidade de Uberlândia foram se transformando no contexto do jornal.

Percebo que essas transformações ocorridas em Uberlândia nas referidas décadas foram fruto dos avanços das lutas e dos movimentos de conscientização da comunidade negra em nível nacional e local. Em Uberlândia, é importante destacar a atuação da professora e vereadora Olga Helena da Costa e do Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta (MONUVA), do qual a vereadora era representante. No período do governo municipal do prefeito Zaire Rezende, num panorama político nacional favorável a tais questões em função da abertura da assembleia nacional constituinte, logrou-se alguns avanços significativos nas lutas dos movimentos negros na cidade, expressos na realização de um Congresso Nacional da Comunidade Negra em Uberlândia, no fortalecimento do movimento, no avanço nas leis municipais e na formação de uma coordenação municipal para tratar da questão.

No período pesquisado, analisei o depoimento de nove mulheres negras empregadas domésticas, observando suas histórias, lugares por onde passaram, locais onde

moraram/moram, dificuldades, decepções, alegrias, tristezas, lutas, forças, esperanças e perspectivas de futuro com base na educação. Dialoguei com essas mulheres tentando entender e trazer para a pesquisa o modo de vida de cada uma dentro do universo daquelas que são e/ou um dia foram empregadas domésticas. Analisei como essas mulheres lidam com o preconceito e a discriminação e como se veem na condição de negras, identificando-se ou não no cotidiano de Uberlândia nas décadas de 1980 e 1990.

Trabalhar diretamente com essas mulheres foi muito importante para meu aprendizado pessoal, profissional e acadêmico, uma troca de experiências e conhecimentos construídos a partir de sujeitos sociais que nem sempre têm a oportunidade de teorizar suas práticas sociais. A pesquisa permitiu ampliar a voz desses sujeitos sociais, que, pelos depoimentos, contaram suas histórias, cada um a seu modo, vivendo em tempos diferentes e com experiências tão parecidas — a exemplo de Maria Abadia, que nasceu em Cachoeira Dourada e tinha 55 anos à época da entrevista, e Rosemeire, nascida em Tupaciguara e cuja idade era de 43 anos quando a entrevistei; a história de uma e de outra tem uma proximidade considerável.

Penso que o encerramento deste trabalho não encerra a investigação do tema, pois existem diversas possibilidades de trabalhar algumas questões. Por exemplo: aprofundar a pesquisa sobre o trabalho da vereadora professora e representante do MONUVA no governo municipal do prefeito Zaire Rezende, enfatizando as questões políticas e sociais, investigar a questão do preconceito e da discriminação e por que os casos de denúncias de criminalização do racismo são tratados de maneiras tão diferente. Com este trabalho, espero estar contribuindo para o desenvolvimento do estudo destas e de outras questões que afetam a vidas e a experiência dessas mulheres.

FONTES, REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- **Fontes orais**

BERNARDES, Vânia. Uberlândia (MG), 28 mar. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Não informou idade; é casada, tem três filhos e é natural de Uberlândia. Mora no bairro Santa Mônica. É professora doutora da Universidade Federal de Uberlândia, vice-coordenadora do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros). Acha que a questão da mulher negra é complexa, uma vez que temos representatividades institucionais em forma de movimentos que não estão inseridos no cotidiano da comunidade. Disse que, ao refletir sobre as mulheres negras na esfera social não só em Uberlândia, mas em todo o Brasil, são excluídas economicamente; só para exemplificar, citou a homenagem na Câmara Municipal em 8/3/2008, quando nenhuma mulher negra foi homenageada.

FILHO, Guimes Rodrigues. Uberlândia (MG), 8 mar 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Não informou idade; é casado, pai — não sei a quantidade de filhos — e natural de São Paulo (SP). Mora em Uberlândia, no bairro Cidade Jardim. É professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia. Já foi coordenador do Instituto de Química dessa universidade, é coordenador do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) e mestre de capoeira — coordena projetos na PROEX/UFU sobre capoeira de Angola. Acha que o simples fato de não encontrar negros e negras representados em todos os setores da cidade exprime a face racista do município, ainda que este não seja um privilégio apenas de Uberlândia. Sugere que universidade federal, sendo pública, anda sempre na contramão das ações do governo federal em termos de políticas afirmativas.

OLIVEIRA, Alessandra Maria de. Uberlândia (MG), 5 set. 2007b. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 36 anos, é casada, mãe de três filhos — na ocasião da entrevista, um filho estava internado no CESEU (centro educativo para menores) — e natural de Uberlândia. Mora no bairro Patrimônio e trabalha como empregada doméstica — acha que seu negócio é trabalhar na cozinha. É congadeira, ama o congado e adora ser negra. Disse que é muito católica, crê em nossa senhora da Abadia e tem nossa senhora do Rosário e são Benedito no coração. Já trabalhou com ajudante de cozinha em restaurante.

OLIVEIRA, Josélia Divina. Uberlândia (MG), 5 set. 2007. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 39 anos, é casada e mãe duas filhas. Natural de Goiás, mora em Uberlândia, no bairro Patrimônio. Trabalha como diarista três vezes por semana e gosta do serviço que faz — diz que é fácil e que só trabalha meio período do dia. Afirmou ser muito feliz com as duas filhas e não se lembra do lugar onde nasceu porque saiu de lá muito pequena.

OLIVEIRA, Maria Abadia. Uberlândia (MG), 6 de setembro de 2007a. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

É solteira, tem 55 anos de idade e duas filhas; é natural de Cachoeira Dourada (MG), mas mora em Uberlândia, no bairro Bom Jesus. Tem casa própria, herdada do avô materno. Começou a trabalhar como empregada doméstica aos 14 anos de idade — já trabalhou de empregada doméstica na capital paulista e no Supermercado Eldorado. Em Uberlândia, trabalhou nas Lojas Americanas, no Supermercado Alô Brasil, no Hospital Santa Genoveva, na Gráfica Metal e num motel. Acha que teve uma infância feliz até os 6 anos de idade, quando morava em Cachoeira Dourada, com pai e irmãos. É professora e, na ocasião da entrevista, estava lecionando em escola estadual.

PIMENTEL, Rosemeire Aparecida. Uberlândia (MG), 22 jan. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

É solteira, tem 43 anos de idade e três filhos; natural de Tupaciguara (MG), mora como os filhos em casa própria no bairro Seringueira, em Uberlândia. Começou a trabalhar no serviço doméstico e continuava até a data da entrevista. Acha que antigamente o trabalho doméstico era mais difícil em relação aos dias de hoje e que as patroas de antigamente exigiam muito. Pensa que os filhos precisam estudar durante o dia e se sente responsável por mantê-los na escola.

REIS, Nilda Lucia dos. Uberlândia (MG), 4 set. 2007. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 50 anos de idade, é solteira e não tem filhos. Natural de Campos Altos (MG), migrou para Uberlândia aos 10 anos de idade, com a família. Mora no bairro Santa Mônica, em casa própria — herança da mãe. Começou a trabalhar de doméstica aos 12 anos e continuava até a ocasião da entrevista. Acha que teve uma infância pobre, mas muito boa.

RODRIGUES, Ramon. Uberlândia (MG), 22 out. 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 44 anos de idade, é casado, pai de quatro filhos e natural de Uberlândia, onde mora, em casa própria, no bairro Santa Mônica. É funcionário público, capitão do terno Moçambique de Belém, presidente da Assosamba, membro da diretoria do NEAB/UFU e primeiro secretário da Irmandade de São Benedito. Disse que faz parte da segunda geração do terno Moçambique de Belém, de que seu pai foi fundador.

SILVA, Dulcineia. Uberlândia (MG), 8 abr. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 57 anos de idade — informação dada fora da entrevista —, é casada e tem filhos — não informou a quantidade. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, porém mora em Uberlândia, no bairro Lagoinha. Presidente do MONUVA (Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta), desenvolve projetos de coreografia e dança para menores em situação de risco. Acha que o pior racismo é o velado e que as pessoas não têm coragem de discriminar porque sabem que se o fizerem vão para cadeia.

SILVA, Rosangela Caetano da. Uberlândia (MG), 6 maio 2007. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 31 anos de idade, é solteira e não tem filhos. Natural de Uberlândia, mora com a mãe, um irmão e o padrasto, em casa própria no bairro São Jorge. Trabalha desde os 10 anos no serviço doméstico. Às vezes, trabalha com carteira assinada, às vezes não. Não gosta do serviço de doméstica, acha muito cansativo. Tem sonhos de vencer na vida e acredita que não pode ficar parada, precisa ir à luta para mudar sua realidade. Não terminou o ensino fundamental.

SOUSA, Carlos Silva. Uberlândia (MG), 8 abr. 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Não informou a idade; é casado e tem filhos — não disse quantos. Mora em Uberlândia e coordena a COAFRO (Coordenadoria Afro-racial). Acha que é preciso levantar a autoestima do negro, em especial da mulher negra; sugere que é preciso ver negras e negros procurando seu espaço e se destacando na sociedade. Disse que em alguns momentos os projetos da COAFRO esbarram na burocracia, que impede o avanço de políticas públicas para a população negra. Acha que está caminhando e trabalhando junto da sociedade da população negra.

SOUZA, Marta Helena Costa. Uberlândia (MG), 24 jan. 2008. 1 fita cassete (60 minutos).

Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Não informou idade, é casada e mãe de três filhos — duas solteiras e um casado; é natural da Usina Ribeiro, zona rural do município de Uberlândia; mora no bairro uberlandense Santa Mônica. Começou a trabalhar aos 11 anos de idade. Na ocasião da entrevista, trabalhava três vezes por semana como diarista. Acha que sofreu muito preconceito na escola vindo de uma colega da época em que estudava.

XAVIER, Paula Quellen Pereira. Uberlândia (MG), 5 set. 2007. 1 fita cassete (60 minutos).

Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 30 anos de idade, é casada e não tinha filhos na ocasião da entrevista; natural de Uberlândia, mora em casa própria, no bairro Patrimônio. É doméstica e adora seu trabalho — diz que não troca por outra profissão. Depois de casada, terminou o ensino médio, mas prefere ficar trabalho de doméstica — naquele momento, não pleiteava outro emprego.

ZEFERINO, Denise de Fátima. Uberlândia (MG), 5 set. 2007. 1 fita cassete (60 minutos).

Entrevista concedida a Marta Helena Rosa da Silva.

Tem 42 anos e três filhos. É natural de Uberlândia, onde mora, em casa própria construída no fundo do terreno da casa dos pais, no bairro Patrimônio. Estudou até a quinta série e começou a trabalhar de babá aos 12 anos de idade; continua como doméstica. Não quis falar da infância — disse que não tinha o que falar, pois não viveu essa fase (começou a trabalhar muito cedo). Acha que doméstica é discriminada porque não tem seguro-desemprego nem PIS.

- **Fontes jornalísticas**

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 11 jun. 1980.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 14–5 jun. 1980.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 15 jun. 1980.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 4 nov. 1982.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 24 dez. 1982.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 18 maio 1984.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 4 ago. 1984.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 15 maio 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 27 jun. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 19 jul. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 24 jul 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 6 ago. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 24 ago. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 7 nov. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 8 nov. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 9 nov. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 27 nov. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 29 dez. 1986.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 22 dez. 1987.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 15 abr. 1986.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 23 maio 1996.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), 5 fev. 1999.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (MG), jul. 2007.

- **Referências**

ARRUDA, Roldão. **A difícil vida das pequenas domésticas**. A patroa e sua empregada. Disponível em: <<http://www.apatroaesuaempregada.com.br/Textos/pequenas.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2005.

ARZABE, Patrícia H. M. Erradicação do trabalho infantil: perspectivas de proteção às crianças. In: SÂMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Trabalho feminino e cidadania**. São Paulo: Humanistas/FFCH/USP, 1999, 298 p.

BLAY, Eva Alternam. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para mulheres. **Revista da USP**, São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, n. 49, mar./abr./maio 2001, p. 82–97. Disponível em: http://www.usp.br/nemge/textos_feminismo/igualdade_oport_blay.pdf >. Acesso em: 24 nov. 2009.

BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARMO, Luiz do. “Função de”: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia: 1945–1960. 2000. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Marie Jane Soares. Raça e pesquisa educacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO — pesquisando e gestando outra escola. Paradigmas da pesquisa em educação e desafios contemporâneos para outra escola, 2., 2000, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ed. da USININOS, 2000.

CONFERÊNCIA “LO VOY A DECIR AHORA: ENTRE VISTANDO EL MOVIMIENTO — DIÁLOGOS SOBRE HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E FONTES ORAIS”, 1., 2007, Uberlândia.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**; periodismo e vida urbana — 1890–1915. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000

DANTAS, Sandra Mara. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção da cidade jardim (1990–1950). In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008, p. 17–50.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DRUMOND, Kátia. **Vidas de domésticas**: direitos e consciência. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br/vidadedomesticas.htm>>. Acesso em: 28 set. 2005.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Memória, história e trabalho**: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia — 1970/1999. 2000. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

GABARRA, Larissa Oliveira. O Congado e a cidade de Uberlândia. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008, p. 437–70.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada** — um estudo sobre a história do negro na educação brasileira, 1993–2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

KABENGELE, Munanga. As facetas de um racismo silencioso. Raça e diversidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1996, p. 112–229.

KABENGELE, Munanga. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO/PENESB-RJ, 3., 5 de novembro de 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 5 de junho de 2008.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcanti. Progresso e modernidade na “Cidade Jardim”. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: ed. da UFU, 2008, p. 109–39.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais** — caminhos cruzados de um mesmo tempo (1955–1985). Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1998.

MELO, H. P. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998, p 1–29; texto de discussão n. 565.

NEVES, Gilberto. **Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação**. Uberlândia: Cenafro Sincopel, 2008.

OLIVEIRA, R. D.; BARSTED, L. L. **A empregada doméstica**. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília: IDAC, 1986, coleção “Os direitos da mulher”, n. 2.

OLIVEIRA, Júlio César de. **Último trago, a última estrofe: vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60**. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Carmen Lúcia de. **Imaginário, racialização e identidades percebidas de mulheres negras escolarizadas (Uberlândia, 1950/1969)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto de História** — Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: EDUC, n. 22, p. 7–36, jun. 2001.

PORTELLI, Alessandro. In: CONFERÊNCIA “LO VOY A DECIR AHORA: ENTRE VISTANDO EL MOVIMIENTO — DIÁLOGOS SOBRE HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E FONTES ORAIS”, 1., 2007, Uberlândia.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas. **Trajatória da vida e obra de Pena Branca e Xavantinho**. 2008. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

RIBEIRO, Matilde. **Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SAFFIOTI, Heleiot I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básico sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Programa Nacional de Direitos Humanos, 2005, p. 39–65.

SANTANA, Olívia. **O negro no mercado de trabalho**. Quais as perspectivas e tempos de globalização. Disponível em: <http://www.faced.ufuba.br/artigos/artigo_olivia>. Acesso em: 4 nov. 2002.

SANTOS, Ely Souto dos. **As domésticas**: um estudo interdisciplinar da realidade social, política, econômica e jurídica. Porto Alegre: ed. da Universidade Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul, 1983.

SCHWARCS, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Glênio Oliveira da. **O negro no mercado de trabalho em Uberlândia**. 1996. Monografia (Graduação em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SUA PESQUISA. **Ditadura**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/ditadura>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

WIKIPEDIA. **Apartheid**. Disponível em: <<http://wikipedia.org/wiki/Apartheid>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

- **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.

BORGES, Rosane da Silva. **Fórum para igualdade racial**: articulação entre estados e municípios. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T.A Queiroz: ed. da USP, 1987. 404 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A clara cor da noite escura**: escritos e imagens de mulheres e homens negros de Goiás e Minas Gerais. Uberlândia: EDUFU; [Goiânia]: ed. da UCG, 2009. 216 p.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Trabalho em domicílio**: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas-de-casa no triângulo mineiro (1950–2005). 2006. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP.

FREITAS, Sonia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanistas, 2006. 142 p.

FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: _____. **Casa grande & senzala**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. São Paulo: Estação Ciência, 1996

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Diário de uma favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1990.

LORENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Bairro do Patrimônio**: salgadores e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude** — usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: ed. da USP, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 2006, 360 p.

OLIVEIRA, Eliane de. **Mulher negra professora universitária**: trajetória, conflitos e identidade. Brasília: Liber Livros, 2006, 121 p.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, 190 p.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza, 1995.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil.** São Paulo: Moderna, 1987.

A grafia deste texto segue o acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990, em vigor desde 1º de janeiro de 2009.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)